DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, terça-feira, 20 de setembro de 1988

ANO XIII — Nº 179



SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR 1

GABINETE CIVIL 3

SECRETARIA DO GOVERNO 4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO . 4

SECRETARIA DE FINANÇAS 5

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO 5

SECRETARIA DE SAÚDE 5

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS 6

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS ... 6

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 7

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO 8

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 10

SECRETARIA DA CULTURA 10

SECRETARIA EXT. DOS ASSUNTOS DE HABITAÇÃO 11

TRIBUNAL DE CONTAS 11

PROCURADORIA GERAL 12

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 13

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES .. 17

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 11.263 DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

Constitui Comissão de Tomada de Contas Especial para os fins que menciona.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL,.. no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

considerando estar transmitindo o cargo de Governador do Distrito Federal;

considerando que durante o período em que esteve à frente do executivo residiu na Granja de Águas Claras;

considerando que na residência Oficial os bens patrimoniais pertencem ao acervo público;

considerando o disposto no Decreto 10949/87 e no Ato Regimental nº 09/80-TCDF, que regem a Administração Patrimonial do Distrito Federal;

considerando que a manutenção e administração da Granja de Águas Claras constituem responsabilidade do Gabinete Militar,

DECRETA:

Art. 1º — Fica constituída Comissão de Tomada de Contas Especial, integrada pelo Cel QOPM PAULO SOUZA DA SILVA, Cel QOPM ENILDO SOARES DE ALBUQUERQUE e Ten-Cel QOPM ISAIAS SILVEIRA;

Art. 2º — A Comissão será presidida pelo Comandante-Geral da Polícia Militar do DF e, no prazo de trinta dias efetuará o levantamento do acervo patrimonial existente na Granja de Águas Claras, Residência Oficial do Governador do Distrito Federal, oferecendo relatório conclusivo ao Governador Joaquim Roriz.

Brasília, 19 de setembro de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

JOÃO SERENO FIRMO

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Exonerar, a pedido, SÉRGIO DE CHAMPERBAUD WEGUELIN VIEIRA, Ministro de Primeira Classe, do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, do Ministério das Relações Exteriores, do Cargo em Comissão de Chefe do Cerimonial, Código DAS-101.4, do Gabinete Civil do Governador do Distrito Federal.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

TRIBUNAL DE CONTAS
DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e o artigo 4º da Lei nº 5.538, de 22 de novembro de 1968, e tendo em vista expediente da Presidência da República, comunicando decisão do Senado Federeal,

RESOLVE:

Nomear o Senhor JOSÉ EDUARDO BARBOSA para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, na vaga decorrente do falecimento do Conselheiro ROGÉRIO NUNES.

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 030.011.225/88
INTERESSADO: PAULO NOGUEIRA NETO
ASSUNTO: AFASTAMENTO DO PAÍS
PARECER Nº 122/88

Na conformidade do Parecer da Consultoria Jurídica, AUTORIZO o afastamento do País do servidor PAULO NOGUEIRA NETO, Secretário Extraordinário para Assuntos do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, pelo prazo de 18(dezoito) dias, a partir do dia 20 do mês andante, a fim de participar, em caráter pessoal e na condição de convidado, de eventos que terão lugar no México, Estados Unidos e Costa Rica, sem ônus para o Distrito Federal.

Brasília, 16 de setembro de 1988
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

Consultoria Jurídica

PROCESSO Nº 053.000.521/88
INTERESSADO: Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
ASSUNTO: Averbação de tempo de serviço
PARECER Nº 123/88-CJ

Senhor Consultor Jurídico

1. Examina-se no presente processo, dentre outros assuntos, a legalidade da averbação do tempo de serviço prestado ao BNDES, pelo Coronel BM PAULO JOSÉ MARTINS DOS SANTOS, hoje na Reserva Remunerada do CBDF.

2. De início, outras questões foram suscitadas, e, nos termos do despacho de folhas 120, lídimo é entender-se que tais questões foram superadas pelo bem lançado parecer de folhas 116/119 da Douta Assessora do Comando Geral, Dra. MARÍLIA ÁVILA E SILVA SAMPAIO, restando, apenas, o aspecto relativo à averbação do tempo de serviço prestado ao BNDES pelo supracitado Oficial, no período de 31 de outubro de 1981 e 07 de abril de 1986, entendido pelo órgão de Pessoal da Corporação como inaverbável, tendo em vista Decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal.

3. Apenas por amor a verdade, é bom que se informe que a Decisão aludida impugnou o documento apresentado como comprovante do tempo de serviço que o interessado pretendia averbar, por se tratar de uma **declaração**, quando esta comprovação deveria ocorrer mediante certidão. Desta forma, não é lícito interpretar-se que o TCDF tenha impugnado tal averbação.

4. Os dispositivos legais invocados como parâmetros, no depacho de folhas 120, não nos socorrem, pois um dispõe sobre a equivalência de expressões alternadamente usadas na rotina da Corporação e o outro indica como deve ser feito o pagamento do bombeiro-militar na inatividade, que for designado para o serviço ativo, o que não chega a ser o cerne da questão que se trata.

5. O § 2º do art. 108 da Lei nº 5.906/73 estabelece:

"Art. 108 ...

§ 2º — O bombeiro-militar de que trata este artigo, ao retornar à inatividade, terá sua remuneração recalculada em função de novo cômputo de tempo de serviço e das novas situações alcançadas **pelas atividades que exerceu,** de acordo com a legislação em vigor".

Ora, durante o período de 31 de outubro de 1981 a 07 de abril de 1986, o Cel. BM Paulo José Martins dos Santos esteve a serviço do BNDES, quando foi chamado a colaborar com o Distrito Federal, dada a situação de emergência reinante na Corporação, e, nestas circunstâncias, por força do disposto no supracitado § 2º, do artigo 108, da Lei nº 5.906/73, combinado com o estatuído na Lei nº 6.226/75, que estabelece a contagem recíproca para fins de aposentadoria, reformas e pensões, é de se proceder a averbação do tempo de serviço prestados pelo interessado ao BNDES, desde que comprovados mediante certidão.

É o entendimento. S.M.J.

Brasília, 19 de setembro de 1988

ALMIRO GERIN DE AMORIM
Consultor Adjunto

De acordo. Aprovo o Parecer nº 123/88 e submeto à matéria a consideração superior.

Brasília, 19 de setembro de 1988

ANTONIO GERALDO DE AZEVEDO GUEDES
Consultor Jurídico

PROCESSO Nº 053.000.521/88
INTERESSADO: Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
ASSUNTO: Averbação do tempo de serviço

Aprovo o Parecer da Consultoria Jurídica e, em conseqüência, determino a restituição dos autos do presente processo ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, para que proceda na forma ali preconizada.

Brasília, 19 de setembro de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

O.I.

Nº 419/88-SEF

Senhor Governador,

Pela exposição de motivos cuja cópia se encontra anexa, Vossa Excelência propôs conceder isenção do IPTU ao autor do plano urbanístico de Brasília, Dr. Lúcio Costa, relativamente aos imóveis que ele aqui possui, situados no SML, Trecho 10, lotes 9 e 10, ao mesmo tempo que por despacho, foram remidos os débitos de 1985 e exercícios anteriores.

O projeto de lei que consubstanciava a isenção, todavia, não teve, ao que parece, a tramitação necessária, a fim de que fosse encaminhado ao Senado Federal, para apreciação.

Permanecem, entretanto, os motivos que fundamentaram a proposta, como é público e notório.

Sendo assim, solicito a Vossa Excelência estudar a hipótese de conceder, por despacho, na forma permitida pelo artigo 206, III, do Código Tributário do Distrito Federal (Decreto-lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966), remissão do IPTU e da TLP dos exercícios de 1986, 1987 e 1988, relativamente aos imóveis supracitados.

Aproveito o ensejo para apresentar-lhe meus protestos de apreço e consideração.

Brasília, 19 de setembro de 1988

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
Secretário de Finanças

PROCESSO Nº

ASSUNTO: OI nº 419/88-Secretaria de Finanças

Nos termos da proposta do Sr. Secretário de Finanças, concedo, obedecidas as normas legais e regulamentares, a remissão do Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU — e da Taxa de Limpesa Pública — TLP, relativas aos exercícios de 1986, 1987 e 1988, dos lotes nºs 09 e 10, do Trecho 10. do SML.

Brasília, 19 de setembro de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federea

E.M.E

Nº 87/85-GAG Brasília, [illegible] de 1985

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Tenho a honra de submeter à superior apreciação de Vossa Excelência o anexo anteprojeto de lei que isenta do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - dois imóveis pertencentes ao Doutor LÚCIO COSTA, autor do Plano Urbanístico de Brasília.

A medida exclui da imposição fiscal os lotes 9 e 10, Trecho 10, do Setor de Mansões do Lago-SML, que foram oferecidos ao urbanista como homenagem e reconhecimento pelo seu trabalho, cuja relevância, através de concurso, não admitia retribuição de natureza pecuniária.

É natural e coerente, portanto, que sobre a área não incida a tributação: tributá-la seria reduzir o reconhecimento que o Poder Público, em nome do povo brasileiro, rendeu ao autor do Plano Piloto.

Em sua singeleza, a providência que se pretende, reafirma os sentimentos dos moradores de Brasília na admiração e respeito pelo urbanista que traçou, sobre o despovoado agreste, a metrópole da esperança.

A Sua Excelência o Senhor
JOSÉ SARNEY
Digníssimo Presidente da República Federativa do Brasil

Esta homenagem também se impõe diante da circunstância de que, ao longo dos últimos anos, o autoritarismo dominante afastou o Arquiteto LÚCIO COSTA de sua obra, apesar dos aplausos do mundo inteiro à Capital do Brasil.

Assim, aprovando Vossa Excelência o anteprojeto de lei anexo, proponho seu encaminhamento ao Senado Federal, nos termos do artigo 17, § 1º, da Constituição.

Renovo a Vossa Excelência meus protestos de alta estima e distinta consideração.

Deputado JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

DF DIÁRIO OFICIAL
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor Responsável:
Wanderley Diniz
Editor:
Antonio Castelo Branco
Conselho Diretor:
Cezar Bado — Clemente Luz e Osvaldo Peralva

Telefones:
Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312

MATÉRIA PAGA
(Página Inteira ..... Cz$ 73.920,00
Centímetro de Coluna ..... Cz$ 616,00

ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre os imóveis que menciona.

O SENADO FEDERAL decreta:

Ar. 1º - Ficam isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana-IPTU os imóveis constituídos pelos lotes 9 e 10, Trecho 10, do Setor de Mansões do Lago - SML, que foram oferecidos em doação ao autor do Plano Urbanístico de Brasília, Doutor LÚCIO COSTA, como reconhecimento pelo seu trabalho, cuja relevância, através de concurso, não admitia retribuição de natureza pecuniária.

Parágrafo único - A isenção de que trata este artigo terá vigência indeterminada e cessará se transferida a titularidade dos imóveis.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, de de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

GABINETE CIVIL

Comissão de Negociação Salarial

RESOLUÇÃO DA COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO SALARIAL

4ª REUNIÃO — REALIZADA EM 24.8.88

A Comissão de Negociação Salarial, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 2º, do Decreto nº 11.128, de 13 de junho de 1988 e tendo em vista a decisão aprovada, por unanimidade, pelos seus Membros, na reunião do dia 24 de agosto de 1988.

RESOLVE

1 — Apresentar aos servidores da Companhia de Água e Esgotos de Brasília — CAESB, por intermédio de seu Sindicato e após entendimento com a Direção da Empresa, a seguinte proposta:

— O salário de agosto/88 será o salário de julho acrescido das URP's relativas a junho/88 (17,68%) e ao próprio mês de agosto/88 (17,68%) e será pago até 48 (quarenta e oito) horas após o retorno ao trabalho.

— Manutenção do pagamento das URP's até a data base, de acordo com a Lei.

— Não haverá quaisquer punições aos grevistas.

— O pagamento de setembro será efetuado até o dia 15 do referido mês.

— As negociações serão reabertas a partir do anúncio da decisão do CISEE em relação ao acordo celebrado pela CEB com o Sindicato dos Eletricitários em 15.08.88, ou a um novo acordo que venha a ser celebrado entre as duas partes.

2 — Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 24 de agosto de 1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Presidente

CARLOS MRUILO FELÍCIO DOS SANTOS
Membro

MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA
Membro/Substituto

TERESA AMARO CAMPELO BEZERRA PFEILSTICKER
Membro/Substituto

HOMOLOGO
Em 24.8.88

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador

REUNIÃO — REALIZADA EM 27.08.88

A Comissão de Negociação Salarial, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 2º, do Decreto nº 11.128, de 13 de junho de 1988 e tendo em vista a decisão aprovada, por unanimidade, pelos seus Membros, na 6ª reunião.

RESOLVE:

1 — Apresentar aos servidores da Companhia de Eletricidade de Brasília — CEB, por intermédio de seu Sindicato e após entendimentos com a Direção da Empresa a seguinte proposta:

— Manutenção do pagamento das URPs até a data-base, de acordo com a lei;

— Não haverá quaisquer punições aos grevistas;

— Implementação do pagamento quinzenal, com o pagamento da 1ª quinzena de setembro efetuado em 09.09.88;

— A CEB entregará ao SINEBRA cópia do 1º relatório da Pesquisa Salarial em relação a outras empresas do setor elétrico para posterior análise conjunta. Posteriormente, a CEB fará o relatório final para apreciação do CISEE;

— Operacionalização imediata do Vale Transporte na empresa na forma da lei;

— As negociações serão reabertas se houver alteração na política salarial coordenada pelo CISEE

— A CEB se compromete a aprovar a criação de uma cooperativa habitacional dos Empregados, com personalidade jurídica própria e apoiar a implementação de programas que visem a construção de unidades residenciais para os membros da cooperativa, incluindo gestões junto à SHIS e TERRACAP que permitam sua viabilização.

2 — Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 27 de agosto de 1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Presidente

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
Membro

MARCO ANTÔNIO CAMPANELLA
Membro

ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL
Membro

HOMOLOGO
Em 27.8.88

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador

8ª REUNIÃO — REALIZADA EM 09.09.88

A Comissão de Negociação Salarial, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 2º, do Decreto nº 11.128, de 13 de junho de 1988 e tendo em vista a decisão semelhante adotada em relação à CEB e à CAESB e a aprovada, por unanimidade, pelos seus membros, na 8ª reunião, após entendimentos com o Sr. Secretário de Agricultura e Produção.

RESOLVE:

1 — Recomendar às Diretorias da SAB e da CEASA, no que se refere às paralisações que atingiram aquelas empresas, que não haja punições aos servidores grevistas.

2 — Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 09 de setembro de 1988

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
Presidente

CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
Membro

PAULO CARVALHO XAVIER
Membro

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
Membro

MARCO ANTÔNIO CAMPENELLA
Membro

TERESA AMARO CAMPELO BEZERRA PFEILSTICKER
Membro/Substituto

HOMOLOGO
Em 9.9.88

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador

8ª REUNIÃO — REALIZADA EM 09.09.88

A Comissão de Negociação Salarial, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 2º, do Decreto nº 11.128, de 13 de junho de 1988 e tendo em vista a decisão aprovada, por maioria, pelos seus Membros, na 8ª reunião.

RESOLVE:

1 — Aprovar o comunicado apresentado pela Diretoria do Banco de Brasília S.A. a ser expedido aos seus servidores cujo teor é o seguinte:

" — Comunicamos a todos os servidores que a Diretoria do Banco decidiu pagar os salários do corrente mês já corrigidos, pelo índice de 63,26%, relativo ao diferencial do IPC e URP's do período de setembro/87 a agosto/88.

— A Diretoria do Banco, pretende continuar a negociação dos outros itens da pauta de reivindicações a partir da próxima 2ª feira.

— Quanto aos aspectos econômicos, as negociações serão reabertas, se houver alteração na política salarial coordenada pelo CISEE".

2 — Submeter a presente Resolução à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador.

Brasília, 9 de setembro de 1988

Presidente: GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES. Membros: CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS; PAULO CARVALHO XAVIER; MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO; MARCO ANTONIO CAMPANELLA. Membro Substituto: TERESA AMARO CAMPELO BEZERRA PFEILSTICKER.

HOMOLOGO
Em, 09.09.88
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

Comissão Geral de Anistia

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

A COMISSÃO GERAL DE ANISTIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo Decreto nº 9.598, de 23 de julho de 1986 e acolhendo o voto do Relator, adota a seguinte:

RESOLUÇÃO:

1 — Declarar anistiado, para os efeitos da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, ARIOVALDO ARGELO, Processo nº 030.011.248/88.

2 — Fica a Secretaria de Administração incumbida de providenciar, na forma da Resolução Normativa nº 01, de 28 de outubro de 1986, o ato de readmissão do interessado.

Brasília, 19 de setembro de 1988
JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal
GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES
PAULO CARVALHO XAVIER
CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
HUMBERTO GOMES DE BARROS
MARCO ANTÔNIO TOFETTI CAMPANELLA

SECRETARIA DO GOVERNO

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 368 DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e o que consta do processo nº 113.001309/88,

RESOLVEM:

1 — Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cz$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

19002.16885311.907 — Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal
028 - 3211.01 — Pessoal e Encargos Sociais 30.000.000,00

2 — O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente da Cota-parte do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

3 — A despesa decorrente da presente portaria será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada o valor da efetiva e correspondnete arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

4 — O valor a que se refere a presente portaria integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

5 — Esta portaria entra em vigor na datra de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1988
CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEF/SEF/SAERA Nº 369 DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 196.340.000,00 (cento e noventa e seis milhões, trezentos e quarenta mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e o que consta do processo nº 113.001180/88,

RESOLVEM:

1 — Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cz$ 196.340.000,00 (cento e noventa e seis milhões, trezentos e quarenta mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

19002.16885311.906 — Execução do Sistema Rodoviário do Distrito Federal
044 - 4311.01 — Auxílios para Investimentos 196.340.000,00

2 — O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II da Lei nº 4.320 de 17 de marçod e 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente da Cota-parte do Imposto único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

3 — A despesa decorrente da presente portaria será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada o valor da efetiva e correspondente arrecadação procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

4 — O valor a que se refere a presente portaria integrará o 3º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

5 — Esta Portaria entra em vigor na datra de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1988
CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF/SAERA Nº 370 DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 155.064.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões e sessenta e quatro mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que específica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO, DE FINANÇAS E EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS E DE REFORMA ADMINISTRATIVA, no uso da delegação de competência conferida pelo artigo 1º, inciso VII do Decreto nº 10.896, de 27 de outubro de 1987 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e o que consta do processo nº 113.001302/88,

RESOLVEM:

1 — Fica aberto à Secretaria de Viação e Obras — Entidades Supervisionadas o crédito suplementar no valor de Cz$ 155.064.000,00 (cento e cinquenta e cinco milhões e sessenta e quatro mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

19002.16885311.907 — Recuperação, Conservação e Melhoramento das Rodovias do Sistema Rodoviário do Distrito Federal
004 - 3211.02 — Outras Despesas Correntes 77.064.000,00
004 - 4311.01 — Auxílios para Investimentos 78.000.000,00

2 — O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveneinte da Cota-parte do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

3 — A despesa decorrente da presente portaria será ajustada pela Unidade Orçamentária interessada o valor da efetiva e correspondnete arrecadação, procedendo-se ao final do exercício a reversão ou o cancelamento da diferença que houver sido empenhada.

4 — O valor a que se refere a presente portaria integrará as Cotas Trimestrais de Despesa, sendo Cz$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de cruzados) e Cz$ 35.064.000,00 (trinta e cinco milhões e sessenta e quatro mil cruzados) em Outras Despesas Correntes e Cz$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzados) e Cz$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de cruzados) em Despesas de Capital, no 3º e 4º trimestre respectivamente.

5 — Esta portaria entra em vigor na datra de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 19 de setembro de 1988
CARLOS MURILO FELÍCIO DOS SANTOS
MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL

Administração da Cidade-Satélite do Núcleo Bandeirante

ORDEM DE SERVIÇO DE 12 DE SETEMBRO DE 1988

O ADMINISTRADOR DA CIDADE SATÉLITE DO NÚCLEO BANDEIRANTE, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a" da Portaria nº 05/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, GILBERTO PEREIRA BARROS, da função de confiança de Assessor, Código LT-DAS 102.2, matrícula 28.842-X, da Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Núcleo Bandeirente, 12 de setembro de 1988
PAULO CEZAR GONTIJO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 40 DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "b", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, o resultado final do Concurso Público e Interno para Delegado de Polícia, publicado no DODF nº 89, de 15 de maio de 1987, e ainda o que consta do Processo nº 050.002.711/87,

RESOLVE:

1 — Incluir na Relação Nominal do Anexo a Portaia nº 31, de 29 de maio de 1987, que concedeu Progressão Funcional, nos termos do artigo 31, Parágrafo único do Decreto nº 5.411, de 21 de agosto de 1980, para o cargo de Delegado de Polícia, 2ª Classe Padrão I, do Quadro de Pessoal, do Distrito Federal, por ordem de Classificação no Concurso Interno, o servidor JOSÉ HERIVELTO RODRIGUES BERNARDES, matrícula nº 24.072-9, Agente de Polícia, 1ª Classe, Padrão IV.

2 — Os efeitos funcionais e financeiros desta Portaria, retroagirão a 29 de maio de 1987, revogados as disposições em contrário.

PAULO C. XAVIER

PORTARIA Nº 41 DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "b", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, o resultado final do Concurso Público e Interno para Delegado de Polícia, publicado no DODF nº 89, de 15 de maio de 1987, e ainda o que consta do Processo nº 050.002.711/87,

RESOLVE:

1 — Incluir na Relação Nominal do Anexo à Portaria nº 07, de 28 de janeiro de 1988, que concedeu Progressão Funcional, nos termos do artigo 31, Parágrafo único do Decreto nº 5.411, de 21 de agosto de 1980, para o Cargo de Delegado de Polícia, 2ª Classe Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, por ordem de Classificação no Concurso Interno, a servidora RITALICE DE FÁTIMA PORTO, matrícula nº 22.993-8, Escrivão de Polícia, Classe Especial, Padrão I.

2 — Os efeitos funcionais e financeiros desta Portaria, retroagirão a 21 de outubro de 1987, revogados a disposição e contrário.

PAULO CARVALHO XAVIER

PORTARIA Nº 42 DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item II, alínea "b", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, o resultado final do Concurso Público e Interno para Delegado de Polícia, publicado no DODF nº 89, de 15 de maio de 1987, e ainda o que consta do Processo nº 050.002.711/87,

RESOLVE:

1 — Conceder Progressão Funcional, nos termos do artigo 31, Parágrafo único, do Decreto nº 5.411, de 21 de agosto de 1980, para o Cargo de Delegado de Polícia, 2ª Classe, Padrão I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, por ordem de Classificação no Concurso Interno, aos servidores relacionados no Anexo desta Portaria.

2 — Os efeitos funcionais e financeiros desta Portaria entrarão em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAULO C. XAVIER

RELAÇÃO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 42 DE 19 DE SETEMBRO DE 1988

ANEXO

CARREIRA: Policial Civil
CATEGORIA FUNCIONAL: Delegado de Polícia
CLASSE: 2ª
PADRÃO: I
EDITAL DE HABILITAÇÃO: nº 002/87-APC/SEP, de 14.05.87, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 89, de 15 do mesmo mês e ano.

01 — ILDETE AMBRÓSIA SOBRAL, matrícula nº 18.728, Escrivão de Polícia, Classe Especial, Padrão III.

02 — JOÃO EUSÉBIO FILHO, matrícula nº 20.782-9, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III.

03 — SARLLY SOARES PRADO, matrícula nº 24.819-3, Escrivão de Polícia, 1ª Classe, Padrão IV.

04 — MIGUEL VIEIRA DE MELO FILHO, matrícula nº 21.154-0, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III.

05 — JOSÉ ANDRADE DE OLIVEIRA, matrícula nº 20.262-2, Agente de Polícia, Classe Especial III.

06 — RAIMUNDO NONATO NUNES, matrícula nº 20.934-1, Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III.

SECRETARIA DE FINANÇAS

Departamento da Receita
Divisão da Receita do Gama
ATO DECLARATÓRIO Nº 016/88-DpR/SEF/DRG/STT/N.B.

Exclui inscrição (ões) de Ato de Cancelamento.

O DIRETOR DA DIVISÃO DA RECEITA DO GAMA DO DEPARTAMENTO DA RECEITA, DA SECRETARIA DE FINANÇAS DO DISTRITO FEDERAL, usando da competência que lhe foi delegada pela Ordem de Serviço nº 04/86-DpR — tendo em conta os Atos instituídos a partir da Portaria nº 01/78-SEF — fundamentado em verificações procedidas,

RESOLVE:

EXCLUIR de Ato de Cancelamento inscrição do contribuinte de ICM nº 07084597-2, da empresa MARIA DO SOCORRO BEZERRA-ME, Ato Declaratório nº 03/88-DRG, em razão do contribuinte já haver regularizado sua situação fiscal.

Gama-DF, 12 de setembro de 1988
AURELINO OLIVEIRA FILHO

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1988.

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

EXONERAR ZILÁ TERESA FERREIRA MESSEDER, Professora, matrícula nº 19.301-1, do cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.2, do Departamento de Planejamento Educacional, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 16 de setembro de 1988.
FABIO VIEIRA BRUNO

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1988.

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR ANTONIO FERNANDO PARANHOS MAC DOWELL, para exercer Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.2, do Departamento de Planejamento Educacional, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 16 de setembro de 1988.
FABIO VIEIRA BRUNO

SECRETARIA DE SAÚDE

PORTARIA Nº 12/88 SES DE 14 DE SETEMBRO DE 1988.

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.976, de 12 de agosto de 1975.

Considerando o princípio de gestão unificada dos serviços de saúde preconizado pelo SUDS;

Considerando que a aquisição de medicamentos para distribuição aos Centros de Saúde é processada com recursos do SUDS, através da FEDF; e

Considerando a necessidade de itregrar, para racionalizar, as atividades de aquisição, controle de estoque e distribuição de medicamentos;

RESOLVE:

1. Transferir à subordinação da Farmácia Central da Fundação Hospitalar, e cadeia hierárquica, as funções relacionadas ao setor farmácia, executadas pelo NCPS/SES, passando a constituir gestão única esses serviços na área de saúde do Distrito Federal.

2. O repasse de medicamentos/CEME e de vacinas, do Ministério da Saúde à Secretaria de Saúde, será diretamente transferido à Farmácia Central da Fundação Hospitalar.

3. Fica a Divisão de Administração Geral incumbida de efetivar a transferência do pessoal e do material da Secretaria de Saúde necessários à execução do trabalho junto à Farmácia Central.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 14 de setembro de 1988.
LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA

PORTARIA Nº 14/88-SES DE 15 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32, item XVIII, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.976, de 12 de agosto de 1975,

Considerando a necessidade de ordenar a Assistência Farmacêutica da área de saúde no Distrito Federal, em função do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde-SUDS,

RESOLVE:

1 — Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar, no prazo de 15 (quinze) dias, proposta visando a racionalidade e integração da Assistência Farmacêutica na área de saúde do Distrito Federal.

2 — O Grupo será integrado por Servidores da Secretaria de Saúde, Fundação Hospitalar do Distrito Federal e do INAMPS, conforme a seguir.

MILTON MENEZES DA COSTA NETO — Coordenador
— Assessor GAB/SES, Coordenador Assuntos SUDS/DF
JOSÉ XAVIER
— Assessor Presidência FHDF
MARCOS ANTONIO FERREIRA
— Chefe Núcleo Normativo Farmácia/DRMA-FHDF
JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA RIBEIRO
— ASSESSOR NCPS/SES Encarregado Farmácia — CEME/SES
AUGUSTO MESSIAS SEABRA
—Diretor da Divisão de Recursos materiais/FHDF

VIRGÍLIO PINTO E SILVA
— Coordenador de Supervisão e Auditoria Farmacêutica/INAMPS
OLGA AMARAL
— Farmacêutica do Núcleo de Controle e Avaliação do Sistema de Saúde DF/INAMPS.

3 — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de setembro de 1988.
LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA
Secretário de Saúde
Gestor do SUDS/DF

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 1º de agosto de 1984,

RESOLVE:

DESIGNAR EDA GOMES DE BARROS LIMA, matrícula nº 117.781-80/FHDF, para exercer a Função de Assessoramento Superior — FAS, mediante a retribuição mensal de Cz$ 65.145,39 (Sessenta e cinco mil, cento e quarenta e cinco cruzados e trinta e nove centavos), correspondente à diferença entre o salário percebido no órgão de origem e o valor fixado para a referida função, nos termos do que dispõe os Parágrafos 2º e 3º do artigo 3º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1987.

Brasília, 16 de setembro de 1988
LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 01 de agosto de 1984,

RESOLVE:

DESIGNAR MARIA FRANCISCA RANGEL DE JESUS BARROS, matrícula nº 110.108-11-FHDF, para exercer a Função de Assessoramento Superior-FAS, mediante a retribuição mensal de Cz$ 50.392,41 (cinquenta mil, trezentos e noventa e dois cruzados e quarenta e um centavos), correspondente à diferença entre o salário percebido no órgão de origem e o valor fixado para a referida Função, nos termos do que dispõe os Parágrafos 2º e 3º do artigo 3º, do Decreto 6.650, de 12 de março de 1987.

Brasília, 16 de setembro de 1988.
LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA

Comissão Interinstitucional de Saúde do Distrito Federal Cis/DF.

RESOLUÇÃO CIS/DF Nº 33/88

A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, CIS/DF no uso de suas atribuições e;

Considerando a necessidade de integração de Recursos Físicos e Humanos das respectivas instituições integrantes do SUDS;

Considerando a importância de medidas que visem a racionalização e otimização das estruturas administrativas e unidades médicas,

Considerando a necessidade de assegurar a resolubilidade do Sistema de Saúde:

RESOLVE:

Aprovar a integração no Posto de Assistência Médica de Sobradinho/SUDS-DF, da profissional DAGMAR EUGÊNIA MARIA SILVA DE MOURA, Médica-Genecologista, matrícula FHDF-107299-07.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 1988

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA
Secretário de Estado da Saúde do Distrito Federal

GERALDO RODRIGUES GUIMARÃES
Representante do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

CARLOS SARAIVA E SARAIVA
Representante das Entidades Sindicais do Setor Saúde do Distrito Federal

CARLOS CATÃO PRATES LOIOLA
Representante do Ministério da Saúde

EDUARDO FLAVIO OLIVEIRA QUEIROZ
Representante do Ministério da Educação

AMAURY CANUTO DE MELLO
Representante do Ministério do Trabalho

RESOLUÇÃO CIS/DF Nº 034/88

A COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL, CIS/DF, no uso de suas atribuições e;

Considerando a necessidade de integração de Recursos Físicos e Humanos das respectivas Instituições integrantes do SUDS;

Considerando a importância de medidas que visem a racionalização e otimização das estruturas administrativas e unidades médicas;

Considerando a necessidade de assegurar a resolubilidade do Sistema de Saúde;

RESOLVE:

Aprovar a integração na FHDF/HRC, do profissional JOSÉ EDSON DO NASCIMENTO, Médico-Anestesiologista, matrícula INAMPS nº 377.767/7.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de setembro de 1988

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA — Secretário de Estado da Saude do Distrito Federal

CARLOS CATÃO PRATES LOIOLA — Representante do Ministério da Saúde

GERALDO RODRIGUES GUIMARÃES — Representante do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social

EDUARDO FLAVIO OLIVEIRA QUEIROZ — Representante do Ministério da Educação

CARLOS SARAIVA E SARAIVA — Representante das Entidades Sindicais do Setor Saúde do Distrito Federal

AMAURY CANUTO DE MELO — Representante do Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

Fundação do Serviço Social

Diretoria Executiva

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE SETEMBRO DE 1988

O DIRETOR EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o item VII da Instrução nº 033 de 19.05.86,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Ordem de Serviço de 11.8.88, que designou a servidora ALICE MARIA VILARINHO DA COSTA, como Executor Técnico do Termo Aditivo nº 02/88 do Convênio MTb nº 030/87, firmado entre esta Fundação e o Ministério do Trabalho.

Brasília, 05 de setembro de 1988

GUSTAVO AUGUSTO A. RIBEIRO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE SETEMBRO DE 1988

O CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "f", da Portaria nº 001/SVO, de 06 de janeiro de 1986,

RESOLVE:

AUTORIZAR, a prestação de serviços extraordinários até o limite de 60 (sessenta) horas, no período de 01 a 30 de setembro de 1988, pelos servidores relacionados a seguir:

Nome: CÍCERO XAVIER DA SILVA, matrícula 15.818-6, Código TP-601.S, Referência NM-32; ADUILSON F. CHAGAS, matrícula 15.903-4, Código TP-601.S, Referência NM-32 ANTÔNIO BONFIM R. DOS SANTOS, matrícula 15.909-3, Código TP-601.S, Referência NM-31; MANOEL EMÍDIO DA COSTA, matrícula 15.954-9, Código SA-401.S, Referência NM-22; RUBENS MOREIRA, matrícula 23.152-5, Código LT-TP-601.B, Referência NM-22, FRANCISCO ANTONIO DE SOUZA, matrícula 23.160-6, Código LT-TP-601.B, Referência NM-22, CARLOS HENRIQUE V. DA SILVA, matrícula 25.020-1, Código LT-TP-601.B, Referência NM-20, AGUINALDO F. LIMA, matrícula 25.037-6, Código LT-TP-601.B, Referência NM-20, GESSIMAR A. DO NASCIMENTO, matrícula 25.041-4, Código LT-TP-601.B, Referência NM-20, ANTONIO CARLOS B. DOS SANTOS, Código LT-TP-601.B, Referência NM-20, JOSÉ BARBOSA DA SILVA, Código LT-TP-601.A, Referência NM-07.

Brasília, 05 de setembro de 1988

JOSÉ FABIANO DE FIGUEIREDO
Respondendo

Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE SETEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria nº 03 de 18 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designado para outra Função MANOEL ARAÚJO PINTO, Engenheiro, Código LT-NS-710.C, Referência NS-17, matrícula nº 24.378-7, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, da Função de Chefe da Seção de Fiscalização I, Código DAI-111.3 S, da Divisão de Fiscalização de obras, do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, a partir desta data.

Brasília, 05 de setembro de 1988

EUCLÍDES MOREIRA DE SOUZA
—Respondendo—

ORDEM DE SERVIÇO DE 05 DE SETEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretario através da Portaria nº 03 de 18 de fevereiro de 1983,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º e item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004 de 20 de dezembro de 1979, HELENA AMANO, Fiscal de Postura, Código NM-821.S, Referência NM-32, matrícula nº 21.779-4, da Tabela de Pessoal do Distrito Federal, para responder pela Encarregadoria de Fiscalização, Código LT-DAI-111.2M, da Seção de Fiscalização III, da Divisão de Fiscalização de Obras, do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, a partir de 01 de setembro de 1988, até a designação de um titular.

Brasília, 05 de setembro de 1988

EUCLÍDES MOREIRA DE SOUZA
—Respondendo—

ORDEM DE SERVIÇO DE 09 DE SETEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a delegação de competência outorgada pelo Senhor Secretário através da Portaria nº 03 de 18 de fevereiro de 1983,

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º e item I do artigo 2º do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, RUY BARBOSA LIMA, Desenhista, Código NM-809.S, Referência NM-32, matrícula nº 14.754-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir NILSON FARIA, Chefe da Seção de Cálculos, Código DAI-111.3M, da Divisão de Exame e Aprovação de Projetos, do Departamento de Licenciamento e Fiscalização de Obras, da Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, por motivo de férias regulamentares do titular, no período de 12.09 a 11.10.88.

Brasília, 09 de setembro de 1988

EUCLÍDES MOREIRA DE SOUZA
—Respondendo—

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — Novacap

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 146/88

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa,

considerando as recomendações preceituadas nos Decretos Federal nº 95.590 e do GDF nº 11.067 de 05.01 e 20.05.88, respectivamente;

considerando a criação da Comissão Interna de Energia através da I.S. nº 125/88-PRES.

cosiderando, ainda, o contido no Memº s/ nº do Coordenador da CICE;

RESOLVE:

I — DESIGNAR os servidores relacionados abaixo, como Agentes Setoriais, para auxiliarem os trabalhos complementares ao da Comissão instituída pela Instrução acima referida.

Nome ANTÔNIO ARISTIDES DE MORAES, matrícula nº 58.249-2, lotação SEGE/DAF; ANTÔNIO ROCHA NETO, matrícula nº 57.816-9, lotação SELEQ/DU; ANTÔNIO SILVÉRIO MOTA, matrícula nº 57.422-8, lotação SEGE/DAF; CARLOS AL-

BERTO DE CARVALHO, matrícula nº 58.952-7, lotação DEMOP/DU; CIRÇO DIVINO CALIL, matrícula nº 57.837-1, lotação SEASF/DU; HAROLDO NAVIA SALAMANCA, matrícula nº 53.097-2, lotação PARQUE/DAF; JOÃO BATISTA MEDEIROS COSTA, matrícula nº 42.658-X, lotação SEMUD/DU; JOSÉ ARAÚJO VICENTE, matrícula nº 54.317-9, lotação SERTEC/DU; JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA, matrícula nº 56.990-9, lotação SECOD/DAF; JOSÉ JORGE SOUSA CHOAIRY, matrícula nº 58.832-6, lotação GAB/DE; JOSÉ TRIPOSI, matrícula nº 17.317-7, lotação SERCRE/DE; ORCÍLIO DE FREITAS GOMES, matrícula nº 58.430-4, lotação SEINGE/DAF; PEDRO FARIAS NETO, matrícula nº 56.406-0, lotação SEMUD/DU; RAIMUNDO NONATO MONTE BARBOSA, matrícula nº 58.316-2, lotação PARQUE/DAF; ROSILEI DO NASCIMENTO ANDRADE, matrícula nº 56.331-5, lotação SEMAR/DU.

II — Esta instrução entrará em vigor a partir desta data.

Brasília, 15 de julho de 1988

LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº149/1988.

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX do Estatuto Social da Empresa, e face ao contido no Memº nº 249/88 SERAD/PRES;

RESOLVE:

ELOGIAR o servidor JOAQUIM ANTONIO DE SOUZA, matrícula nº 56.563-6, Auxiliar de Administração C-4, pelo zelo, presteza, educação e firmeza demonstrada em suas atividades no Serviço de apoio Administrativo desta Presidência.

Brasília, 26 de julho de 1988.

LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 167/1988

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, do Estatuto Social da Empresa,

RESOLVE:

DESIGNAR o Advogado HENRIQUE SAMUEL PONTE ALENCAR, matrícula nº 43.188-5, Assistente Técnico/PRES, para integrar, na qualidade de Presidente, a Comissão instituída pela I.S. nº 158/86, em substituição ao Advogado ANTONIO CARLOS MARTINS OTANHO, matrícula nº 57.895-9, para apurar os fatos relatados no Processo 112.001.125/86.

Brasília/DF, 15 de agosto de 1988

LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 168/1988

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa, e face o contido no Memº nº 120/88-DPJ/DU,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor RAIMUNDO DO VALE MARTINS, matrícula nº 54.171-0, Guarda Fitossanitário — B.6, para responder pela Função Gratificada FG-01, de Supervisor da SEPARQ/DICAVE/DPJ/DU, em substituição ao titular, durante suas férias regulamentares, no período de 05 a 24.09.88.

Brasília/DF, 19 de agosto de 1988

LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE

INSTRUÇÃO DE SERVIÇO Nº 169/1988

O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL-NOVACAP, usando das atribuições que lhe confere o art. 26, item IX, do Estatuto Social da Empresa, e face ao contido no Memº nº 119/88-DPJ/DU,

RESOLVE:

DESIGNAR o servidor JOÃO PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº 53.951, Agente de Serviços de Engenharia I — C.4, para responder pela Função Gratificada FG-01, de Supervisor/SEPLANT/DIAVE/DPJ/DU, em substituição ao titular, durante suas férias regulamentares, no período de 05.09 a 24.09.88.

Brasília/DF, 22 de agosto de 1988

LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PROCESSO Nº: 030.010161/88
INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTES PÚBLICOS — ANTP.
ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO DE DESPESA E EMISSÃO DE EMPENHO.

De acordo com o inciso I, dos artigos 46 e 47, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira do Distrito Federal, para 1988, Decreto 10.974/87, e com a Delegação de Competência outorgada através da Portaria nº 028/87-SSP, autorizo a realização da despesa e emissão do respectivo Empenho no valor de Cz$ 27.754,72 (Vinte e sete mil, setecentos e cinquenta e quatro cruzados e setenta e dois centavos), na Atividade 2.051 — COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRANSPORTES COLETIVOS, CONTROLE E ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, Subelemento 3.1.3.2. — Outros Serviços e Encargos, objetivando a inscrição do servidor CELSO CARLOS BATISTA GOMES, como participante do 5º Encontro Nacional Sobre Sistema Trólebus, em São Paulo-SP, representando esta Secretaria.

Em, 19/08/88

ROBERTO MAURÍCIO PIRES CAMPOS
Secretaria de Serviços Públicos
Chefe de Gabinete

Divisão de Administração Geral

Seção de Pessoal

PROCESSO Nº: 030.007.587/85
INTERESSADO: OSVALDO TEODORO
ASSUNTO: INCORPORAÇÃO DE ADICIONAL ISTITUÍDO PELA LEI Nº 6.732/79

Com base nos elementos informativos constantes do presente processo, declaramos fazer jus a mais um adicional de 1/5 (um quinto) instituído pela Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, com as correspondentes alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 2.153, de 24 de julho de 1984, o funcionário OSVALDO TEODORO, matrícula nº 14.985-3, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal pelo exercício do Cargo em Comissão de Diretor da Divisão de Administração Geral/STb, DAS.3 em substituição a 1ª parcela, correspondente a 1/5 de DAS.2.

a) de 25.05.87 em diante = 4/5 da dif. do DAS.2 para o venc/ref. e 1/5 da dif. do DAS.3 para o venc/ref.

Brasília, 05 de setembro de 1988

JOSÉ CAVALCANTE SANTANA
Diretor

Administração da Estação Rodoviária de Brasília — AERB

ORDEM DE SERVIÇO Nº 047/88-AERB

O SUPERINTENDENTE DA ADMINISTRAÇÃO DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE BRASÍLIA — AERB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, Parágrafo único, do Decreto nº 5.004 de 20.12.79,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do artigo 1º, e item IV do artigo 2º do Decreto nº 5.004 de 30 de dezembro de 1979, VERA LÚCIA YOSHIDA, Assistente, matrícula 00.777-3, Código LT-DAI-112.3, da TEP-AERB, para substituir ODMAR PAULO VIEIRA, Diretor da Divisão Comercial, matrícula 01.629-2, Código LT-DAS-101.2, por motivo de férias regulamentares do titular no 05 a 24.09.88.

Brasília-DF, 01 de setembro de 1988

IVALDO DINIZ

Serviço Autônomo de Limpeza Urbana

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" Nº 063, DE 02 DE SETEMBRO DE 1988.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

RESOLVE:

DETERMINAR a realização de PLANTÃO ESPECIAL, no dia 04/09/88, por parte da gerência de operações e GERÊNCIA DE TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS, a fim de executar limpeza e remoção dos pontos de confinamento do Plano Piloto.

Brasília, 02 de setembro de 1988.

BRASIL AMÉRICO LOURY CAMPOS

ORDEM DE SERVIÇO "SLU" DE 1º DE SETEMBRO DE 1988

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA DA SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 30, inciso VI, do Decreto nº 3.366 de 20 de agosto de 1976, e tendo em vista o que consta no O. I. nº 031/88-SEMA/DAG,

RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, LÚCIO CÉLIO DO AMARAL, Gari, matrícula 81.439-3, nível LP-02, da TESLP/SLU, para substituir DANIZETE GALENO COSTA, Encarregado do Almoxarifado, matrícula 73.405-5, Código LT-DAI-111.2, por motivo de férias regulamentares no período de 11/09 a 30.09.88.

Brasília, 1º de setembro de 1988

BRASIL AMÉRICO LOULY CAMPOS

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

PORTARIA CONJUNTA DE 13 DE SETEMBRO DE 1988

OS SECRETÁRIOS DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO, REFORMA ADMINISTRATIVA, FINANÇAS E SAÚDE, no uso de suas atribuições e,

— **considerando** a determinação expressa do Senhor Governador para que seja viabilizada a estruturação de um sistema de inspeção sanitária a estruturação de um sistema de inspeção sanitária e industrial de produtos de origem animal,

— **considerando** os termos do convênio celebrado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério da Agricultura segundo o qual é delegada ao GDF, através da Secretaria de Agricultura e Produção, competência para supervisionar as condições sanitárias e industriais dos estabelecimentos de abate de animais no Distrito Federal,

— **considerando** a necessidade de dar cobro ao abate clandestino indiscriminadode animais para consumo humano com graves riscos à saúde da população,

— **considerando** a conveniência de apoiar a iniciativa privada para a instalação ou reforma de estabelecimentos de abates no Distrito Federal,

RESOLVEM:

Art. 1º — Recomendar ao BRB o atendimento preferencial aos empresários selecionados pela Secretaria de Agricultura e Produção para o financiamento de obras de construção ou reforma de abatedouros no Distrito Federal.

Art. 2º — Recrutar entre os funcionários disponíveis nos órgãos vinculados à SAP os Médicos-veterinários que serão submetidos a um curso de reciclagem em inspeção de carnes, através da colaboração do Ministério da Agricultura.

Art. 3º — Recrutar entre os funcionários de nível médio do Departamento de Fiscalização de Saúde da Secretaria de Saúde e da Fundação Zoobotânica do Distrito Federal candidatos a um curso de formação de auxiliares de inspeção a ser proporcionado aos mesmos também pelo Ministério da Agricultura.

Art. 4º — Transferir da frota de veículos da Sociedade de Abastecimento de Brasília, a título de empréstimo e em caráter de emergência, 5 (cinco) veículos que, juntamente com os funcionários selecionados nos cursos de reciclagem de Médicos-veterinários e de formação de auxiliares de inspeção serão alocados à Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Aninal — DIPOVA da Secretaria de Agricultura e Produção.

Art. 5º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF., 13 de setembro de 1988

LEONE TEIXEIRA DE VASCONCELOS
Secretário de Agricultura e Produção

LINDBERG AZIZ CURY
Secretário de Ind. Com. e Turismo

ALÉRCIO ALEXANDRE GAZAL
Secretário de Reforma Administrativa

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO
Secretário de Finanças

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA
Secretário de Saúde

PORTARIA DE 15 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO, no uso de suas atribuições e,

—**considerando** os termos do convênio celebrado entre o Governo do Distrito Federal e o Ministério da Agricultura, segundo o qual é delegada ao GDF, através da Secretaria de Agricultura e Produção, competência para supervisionar as condições sanitárias e industriais dos estabelecimentos de abate de animais no Distrito Federal,

— **considerando** os termos da Portaria nº 85 de 24 de junho de 1988 da Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, referente às Normas que os estados, municípios e o Distrito Federal devem observar na elaboração da regulamentação que deverá fundamentar a aprovação e fiscalização sanitária e industrial de agroindústrias de produtos de origem animal,

— **considerando** os estudos técnicos realizados pelo Núcleo de Desenvolvimento Agropecuário sobre a regulamentação do assunto,

RESOLVE:

Art. 1º — Aprovar as Normas Relativas às Condições Gerais para Funcionamento de Pequenos e Médios Abatedouros, localizados no Distrito Federal e não submetidos ao Regime da Inspeção Federal, de acordo com o Decreto nº 94.554/87 e publicadas em anexo a presente Portaria.

Art. 2º — Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de setembro de 1988

LEONE TEIXEIRA DE VASCONCELOS

NORMAS RELATIVAS ÀS CONDIÇÕES GERAIS PARA FUNCIONAMENTO DE PEQUENOS E MÉDIOS ABATEDOUROS, LOCALIZADOS NO DISTRITO FEDERAL E NÃO SUBMETIDOS AO REGIME DA INSPEÇÃO FEDERAL, DE ACORDO COM O DECRETO Nº 94.554/87

CAPÍTULO I

DA IMPLANTAÇÃO OU REAPARELHAMENTO DOS ABATEDOUROS

1. Localizar-se em áreas previamente aprovadas pela SEMATEC, do ponto de vista de proteção ambiental;

2. Ser instalado em terreno cercado com amplos espaços ao redor, e dispor de área de circulação pavimentada que permita a livre movimentação dos veículos de transporte. A área livre ao redor do abatedouro será dimensionada caso a caso, bem como a concentração de indústrias do mesmo tipo nas imediações, a juízo da Secretaria de Agricultura e Produção, ouvida a SEMATEC.

3. Dispor de abastecimento de água potável para atender suficientemente, as necessidades de trabalho do abatedouro e das dependências sanitárias, tomando-se como referência os seguintes parâmetros 800 (oitocentos) litros por bovino, 500 (quinhentos) litros por suíno e 200 (duzentos) litros por ouvino ou caprino, até o abate de 25 animais por turno. Para aves e coelhos a disponibilidade deverá ser de 10 (dez) litros por animal até 500 animais por turno. Nos abates acima destas quantias a autoridade sanitária reduzirá propicionalmente o volume de água exigido.

4. Dispor de equipamentos e instalações para a produção de vapor e/ou água quente para uso diverso e com capacidade suficiente às necessidades do abatedouro, podendo ser dispensado o uso de água quente ou vapor em estabelecimentos de porte reduzido para espécies de pequeno porte, a juízo da Secretaria de Agricultura e Produção.

5. Dispor de iluminação natural e artificial abundantes, bem como de ventilação adequada e suficiente em todas as dependências;

6. Possuir piso de material impermeável, resistente à abrasão e à corrosão, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuárias, bem como para permitir uma fácil lavagem e desinfecção;

7. Ter paredes lisas, impermeabilizadas com material de cor clara de fácil lavagem e desinfecção, com os ângulos e cantos arredondados. Os parapeitos das janelas devem ser chanfrados;

8. Possuir forro de material impermeável, resistente à umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira, de fácil lavagem e desinfecção. Pode o mesmo ser dispensado nos casos em que o telhado proporcionar uma perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma perfeita higienização;

9. Dispor de dependência de uso exclusivo para a recepção dos produtos não comestíveis e condenados. A dependência deve ser construída com paredes até o teto, não se comunicando diretamente com as dependências que manipulem produtos comestíveis;

10. Dispor de mesas com tampos de materiais resistentes e impermeáveis, de preferência de aço inoxídável, para a manipulação dos produtos comestíveis, e que permitam uma perfeita lavagem e desinfecção;

11. Dispor de tanques, caixas, bandejas e demais recipientes construídos de material impermeável, de superfícies lisas, que permitam uma fácil lavagem e desinfecção;

12. Dispor, nos locais de acesso às dependências e dentro das mesmas, de pias não acionadas manualmente, providas de sabão líquido e toalhas descartáveis. Os acessos, também, devem ser providos de lavadouros de botas;

13. Dispor de rede de esgoto em todas as dependências com dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligada a tubos coletores e estes ao sistema geral de escoamento de águas resituárias, dotada de canalização com diâmetro apropriado e de instalação para a retenção de gordura, resíduos e corpos flutuantes, bem como de dispositivos para a depuração artificial das águas servidas e de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle do meio ambiente;

14. Dispor de esterilizadores fixos ou móveis para a esterilização do instrumental de trabalho, providos de água quente à temperatura de, no mínimo 85º C (oitenta e cinco graus centígrados);

15. Dispor, conforme legislação específica, de dependências sanitárias e vestiários adequadamente instalados, de dimensões proporcionais ao número de operários, com acesso indireto às dependências industriais, quando localizadas em seu corpo;

16. Dispor de suficiente "pé direito" nas diversas dependências, de modo que permita a disposição adequada dos equipamentos, principalmente a trilhagem aérea, que deve ser usada preferencialmente para o sistema de abate de qualquer espécie animal. No caso de bovinos a ponta do focinho, deve ficar no mínimo 75 cm (setenta e cinco centímetros) do piso, na trilhagem, após o atordoamento.

17. Dispor de currais, pocilgas cobertas e/ou áreas cobertas conforme as espécies a serem manipuladas, de tamanho adequado para permitir o descanso e a inspeção ante-mortem. Estas instalações devem ter pisos pavimentados, apresentando ligeiro caimento no sentido dos

ralos, providos de bebedouros e pontos de água, com pressão suficiente, para facilitar a lavagem e desinfecção dessas instalações e dos meios de transporte;

18. Dispor de espaços mínimos e de equipamentos que permitam as operações de atodoamento, sangria, esfola, evisceração, acabamento das carcaças e de manipulação dos miúdos com funcionalidade e que preservem a higiene do produto final, além de não permitir que haja contato das carcaças, já esfoladas, entre si, antes de serem sido devidamente inspecionadas pelo serviço de inspeção sanitária. Deve haver uma separação física entre as "áreas sujas" e "áreas limpas", considerando-se para este fim como 'área suja" a área correspondente às operações até a retirada do couro, das penas ou pelos, conforme a espécie;

19. Prover a seção de miúdos, quando prevista, de separação física entre as áreas de manipulação do aparelho gastrintestinal e das demais vísceras comestiveis;

20. Dispor de telas em todas as janelas, passagens para o exterior e outras aberturas, de modo a impedir a entrada de insetos. É imprescindível, igualmente, que o matadouro seja dotado de eficiente proteção contra roedores;

21. Dispor de depósito para guarda de embalagens, recipientes, produtos de limpeza e outros materiais utilizados no abatedouro;

22. Dispor de dependência, para uso como escritório da administração do estabelecimento, inclusive para o pessoal de serviço de inspeção sanitária separada do abateoduro e localizada à sua entrada. A comunicação entre esta dependência com o abatedouro propriamente dito, quando afastada do corpo principal do edifício deve ser feita uma passarela coberta e com piso pavimentado.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

Para o funcionamento adequado dos abatedouros devem ser adotados os seguintes procedimentos:

23. Permitir o sacrifício dos animais somente após a prévia insensibilização, seguida de imediata e completa sangria. O espaço de tempo para a sangria nunca deve ser inferior a 3 (três) minutos e esta deve ser sempre realizada com os animais suspensos pelos membros posteriores. A esfola só pode ser iniciada após o término da operação de sangria. Em casos excepcionais, a juízo da autoridade sanitária, poderão ser autorizados métodos de sacrifício não convencionais que no entanto, não causem sofrimento aos animais;

24. Depilar e raspar, obrigatoriamente, em seguida ao escaldamento em água quente entre as temperaturas limites de 62 a 65° C (sessenta e dois a sessenta e cinco graus centígrados), durante 2 (dois) a 5 (cinco) minutos, toda carcaça de suino entregue ao consumo com a pele; após a operação depilatória, a carcaça será lavada, convenientemente, antes de eviscerada;

25. Eviscerar, sob as vistas de funcionário do serviço de inspeção sanitária, em local que permita o pronto exame das vísceras, com identificação perfeita entre estas, a cabeça e carcaça do animal; sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração e para tanto não devem ficar animais dependurados nos trilhos nos intervalos de trabalho;

26. Executar os trabalhos de evisceração com todo o cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças provocada por operações imperfeitas, devendo o serviço de inspeção sanitária, em casos de contaminação por fezes e/ou conteúdo ruminal aplicar as medidas preconizadas no item 30;

27. Marcar a cabeça do animal, quando esta for destacada, para permitir uma fácil identificação com a carcaça correspondente. O mesmo procedimento deve ser adotado com relação às vísceras, conforme anexo.

28. Proibir a prática de insuflação de animais e de órgãos parenquimatosos;

CAPÍTULO III
DA INSPEÇÃO "ANIE MORTEM" E "POST MORTEM" E DA MATANÇA DE EMERGÊNCIA

29. Cumprir, no que se refere à inspeção "ante mortem", o disposto nos artigos 106 a 129 do regulamento de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal — RIISPOA (Decreto nº 30.691/52, alterado pelo Decreto nº 1.255/62);

30. Cumprir no que se refere à inspeção "post mortem" o disposto nos artigos 147 a 198 e 204 a 226 do RIISPOA;

31. Cumprir, no que se refere à matança de emergência, o disposto nos artigos 130 a 134 do RIISPOA;

32. Considerar, quando da inspeção de animais, carcaças e vísceras, o previsto nos itens 29, 30 e 31, as limitações do estabelecimento, admitindo-se o aproveitamento condicional de carcaças e/ou vísceras, apenas, nos casos em que houver condições apropriadas para tal;

33. Destruir, no próprio abatedouro, os materiais contenados oriundos da sala de matança, utilizando para tal forno crematório ou outro meio apropriado. Quando se tratar de material com possível aproveitamento condicional para alimentação animal, admite-se o tratamento por cocção em água fervente pelo tempo mínimo de 2 (duas) horas, de forma que o material fique completamente cozido em todas as suas partes. Em caso de dúvida, proceder ao teste do suco rosado para verificação do cozimento completo. Permitir-se-á, excepcionalmente, a retirada de materiais condenados para a industrialização fora do estabelecimento (graxaria industrial desde que devidamente desnaturados com substância devidamente aprovada para a finalidade e que o seu transporte seja efetuado em recipientes ou veículos estanques e específicos;

34. Marcar as carcaças ou vísceras julgadas em condições de consumo humano direto com os carimbos modelos 1 e 2 e as condenadas, após descaracterizadas, com o carimbo modelo 3, conforme anexo. A carimbagem deve ser efetuada por funcionário de serviço de inspeção sanitária. A tinta utilizada na carimbagem deverá ser à base de violeta de metila (corante) conforme a seguinte fórmula: 10 (dez) gramas de violeta de metila em pó, 500 (quinhentos) mililitros de álcool absoluto e 450 (quatrocentos e cinquenta) mililitros de glicerina líquida, deve ser observada a seguinte técnica de preparação: dissolver a violeta de metila no álcool absoluto, aquecer a 45 a 50°C (quarenta e cinco a cinquenta graus centígrados) em banho-maria e adicionar a glicerina à mistura álcool/corante, agitando sempre. A tinta deve ser guardada em frasco escuro com tampa esmerilhada e devidamente identificado.

CAPÍTULO IV
DA HIGIENE

35. Manter todas as dependências dos abatedouros em condições de higiene antes, durante e após a realização dos trabalhos, inclusive as áreas circunvizinhas, ', não sendo permitida qualquer outra. atividade na área sem aprovação prévia da Secretaria de Agricultura e Produção. A criação de animais na mesma área do abateouro não será permitida a não ser que existam condições para a localização dos criatórios a uma distância superior de 1.000 metros da agroindústria, com administração e operações independentes;

36. Exigir que os operários lavem as mãos antes de entrar no ambiente de trabalho, quando necessário, durante a manipulação e à saída dos sanitários;

37. Marcar o equipamento, carrinhos, tanques, caixas, bandejas, mesas e demais materiais e utensílios, convenientemente, de modo a evitar qualquer confusão entre os destinados a produtos comestíveis e os usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis ou carnes utilizadas na alimentação de animais, usando-se as denominações "COMESTÍVEIS", "NÃO COMESTÍVEIS" e "CONDENADOS";

38. Lavar e desinfectar os pisos e paredes, assim como o equipamento e utensílios usados no matadouro, diária e convenientemente. No caso de desinfecção, os desinfectantes empregados tem que ser previamente aprovados pelos Ministérios da Saúde e da Agricultura;

39. Manter o abatedouro livre de insetos (moscas, mosquitos, baratas, etc.) e roedores (ratos, camundongos, etc.) além de animais domésticos (gatos, cães, papagaios, etc.). O emprego de venenos para combater insetos e roedores somente é permitido nas áreas não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante autorização prévia e supervisão do serviço de inspeção. Não é permitido para os fins deste item o emprego de produto biológico.

40. Exigir do pessoal que trabalha com produtos comestíveis, desde a área de sangria até a expedição, o uso de uniforme de cor branca, e limpa, inclusive, protetores de cabeça (gorros ou capacetes) e botas. Este dispositivo aplica-se aos proprietários, administradores, outros funcionários, pessoal da inspeção e visitantes que, por qualquer motivo venham transitar pelas dependências acima mencionadas, durante o funcionamento do abatedouro;

41. Exigir do pessoal que manipula produtos condenados, a desinfecção dos meios e instrumentos com antissépticos apropriados;

42. Proibir que o pessoal faça suas refeições nos locais de trabalho, bem como depositar produtos, objetos e material estranho à finalidade da dependência ou ainda guardar roupa de qualquer natureza. Também é proibido fumar, cuspir ou escarrar em quaisquer dependências de trabalho do abatedouro. Deve existir uma dependência de tamanho adequado com armários individuais para troca e guarda da indumentária e a administração deve providenciar para que existam sempre aventais, gorros, e botas limpas em número suficiente para todos que utilizarem as dependências referidas no artigo 40;

43. Determinar, todas as vezes que o serviço de inspeção sanitária julgar necessário, a substituição, raspagem, pinturas e reparos em pisos, paredes, tetos e equipamentos, bem como a troca de vestimenta;

44. Lavar e desinfectar, tantas vezes quantas necessárias, os pisos e cercas dos currais, bretes de contenção, mangueiras, pocilgas, apriscos e outras instalações próprias para guarda, pouso e contenção de animais vivos ou depósito de resíduos industrias;

45. Inspecionar e manter convenientemente limpas as caixas de sedimentação de resíduos, ligadas e intercaladas à rede de esgoto;

46. Conservar, ao abrigo de contaminação de qualquer natureza, os produtos comestíveis durante sua obtenção, embarque e transporte;

47. Vedar o emprego de vasilhames de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado, madeira ou qualquer outro utensílio que por sua forma e composição possa causar prejuízo à manipulação, estocagem e transportes de matérias-primas e de produtos usados na alimentação humana.

48. Exigir que os operários sejam portadores de carteira de saúde fornecidas por autoridade oficial e renovadas, anualmente, declarando que os mesmos estão mesmos aptos a manipular produtos destinados a alimentação humana. A inspeção de saúde é exigida sempre que a autoridade sanitária do abatedouro achar necessário, para qualquer empregado do estabelecimento, seus dirigentes ou proprietários, mesmo que exerçam esporadicamente, atividades nas dependências do abatedouro. Sempre que ficar comprovada a existência de dermatoses ou quaisquer doenças infecto-contagiosas ou repugnantes em qualquer pessoa que exerça atividade no abatedouro, será ela imediatamente afastada do trabalho, cabendo ao serviço de inspeção sanitária comunicar o fato á autoridade da saúde pública;

49. Exigir que os padrões de potabilidade da água de abastecimento sejam àqueles constantes no artigo 62 do RIISPOA;

50. Inspecionar, previamente, os continentes, quando destinados ao acondicionamento de produtos utilizados na alimentação humana, rejeitando as que forem julgadas sem condição de uso. De modo algum é permitido o acondicionamento de matérias-primas ou produtos destinados à alimentação humana em carrinhos, recipientes ou demais continentes que tenham servido à produtos não comestíveis;

51. Proibir a guarda de material estranho nos depósitos de produtos, nas salas de matança e seus anexos e na expedição;

52. Proibir a utilização de qualquer dependência do abateouro como residência;

53. Higienizar, diariamente, os instrumentos de trabalho;

54. Vedar a entrada de pessoas estranhas às atividades, salvo quando devidamente uniformizadas e autorizadas pela chefia do estabelecimento e pela inspeção sanitária;

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO VETERINÁRIA

55. O órgão do Governo do Distrito Federal responsável pela execução da inspeção e fiscalização dos abatedouros localizados no Distrito Federal e não submetidos a Inspeção Federal será a Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Animal da Secretaria de Agricultura e Produção ou órgão que lhe venha suceder na reforma administrativa em elaboração;

56. A administração do Governo do Distrito Federal proverá a D.I.P.O.V.A., de:

a — Pessoal técnico, em número adequado à realização da inspeção sanitária "ante" e "post mortem" obedecendo a legislação vigente;

b — O treinamento do seu pessoal técnico de nível superior (Médico Veterinário) e médio (Auxiliar de Inspeção) sob a supervisão do Ministério da Agricultura; e

c — Meios para registro e compilação dos dados estatísticos referentes ao abate, condenação, produção e outros que porventura se tornem necessários;

d — Demais recursos materiais necessários a execução das tarefas de inspeção sanitária e industrial, como condução, carimbos, recursos laboratoriais, etc.

57. Os projetos de implantação ou reforma de abatedouros, elaborados segundo as presentes normas, deverão ser submetidos ao exame prévio e discussão com a autoridade competente da Secretaria de Agricultura e Produção para a aprovação dos espaços, alturas, ventilação, iluminação, materiais de construção, equipamentos e demais detalhes propostos no mesmo e não detalhadamente especificados nas presentes normas. Os projetos devem ainda observar o que estiver estipulado nos códigos de obras e código sanitário do Distrito Federal

58. O funcionamento do estabelecimento dependerá de autorização do órgão de fiscalização sanitária da Secretaria de Agricultura e Produção o qual concederá o número de registro do estabelecimento, que será utilizando nos carimbos de inspeção previstos no item 34 das presentes normas. Os dias e horários de abate normais serão fixados com antecedência, por comum acordo entre a administração do abatedouro e a chefia do serviço de inspeção. Horários excepcionais poderão ser autorizados, com antecedência mínima de 24 horas se existirem condições técnicas para tal, no órgão fiscalizador. De qualquer maneira início do abate somente poderá ocorrer com a presença do responsável pela inspeção sanitária, sob pena de fechamento do estabelecimento e apreensão do abate irregular.

ORDEM DE SERVIÇO DE 08 DE SETEMBRO DE 1988

O CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da delegação de competência que lhe foi conferida pelo item I, alínea "g", da Portaria nº 001/84-SAP, de 20 de setembro de 1984,

RESOLVE:

MANDAR CESSAR o pagamento da Gratificação pela Representação de Gabinete, concedida através da Portaria de 03 de fevereiro de 1984 a FRANCISCO ARTUR VIEIRA DA SILVA, matrícula nº 90.043-5, pelo Encargo de Auxiliar de Gabinete desta Secretaria a contar de 01 de setembro de 1988.

Brasília, 08 de setembro de 1988.

FRANCISCO DE APARECIDA SOYER

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 13 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Dcreto nº 7.321, de 22 de setembro de 1982.

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designado para outro cargo, MARILBERTO ZAVÃO LIMA, matrícula nº 28.861-6, de excercer a Função de Confiança, Código LT-DAS-102.2, de Assessor da Coordenação do Sistema Penintenciário, das Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 13 de setembro de 1988.

Brasília, 13de setembro de 1988
JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

PORTARIA DE 13 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de setembro de 1982.

RESOLVE:

DISPENSAR, por ter sido designado para outro cargo, SAMUEL RUBEM ZOLDAN UCHÔA, matrícula nº 28.761-X, de exercer a função de confiança, Código LT-DAS-102.2, de 'Assessor da Coordenação do Sistema Penitenciario, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, a partir de 13 de setembro de 1988

Brasília, 13 de setembro de 1988
JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

Departamento de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 31 DE AGOSTO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "c", da Portaria nº 027-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 1º, e item I do artigo 2º, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, ENY RODRIGUES DUARTE, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula nº 18.598-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para substituir WILSON MACHADO, matrícula nº 19.326-7, Diretor da Divisão de Pessoal/DAG/SEP, Código DAS-101.2, por motivo de férias regulamentares, no período de 29.08 a 27.09.88.

Brasília, 31 de agosto de 1988
ELI VALTER GIL FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 15 DE SETEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 027-SEP, de 08 de outubro de 1985.

RESOLVE:

Retificar a Ordem de Serviço de 19 de setembro de 1986, publicada no "Diário Oficial do Distrito Federal" nº 181, de 22 do mesmo mês e ano, que concedeu aposentadoria nos termos dos artigos 342, item III e 343, item III do Decreto nº 59.310, de 23 de setembro de 1966, observados o artigos 101, item I e 102, item I, alínea "b", da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, a RAIMUNDO HENRIQUE DE ALMEIDA, matrícula nº 21.127-3, para considerá-lo aposentado no Cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, nos termos do artigo 346 do Decreto nº 59.310, de 23 de setembro de 1966, ficando ratificado os demais termos da concessão inicial.

Brasília, 15 de setembro de 1988
ELI VALTER GIL FILHO

SECRETARIA DA CULTURA

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DA CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso X, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 9.798, de 13 de outubro de 1986,

RESOLVE:

Dispensar, por ter sido designado para outra Função, ANTONIO FERNANDO PARANHOS MAC DOWELL, matrícula nº 26.955-7, da Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.2, do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, desta Secretaria.

Brasília, 16 de setembro de 1988.
D'ALEMBERT JACCOUD

PORTARIA DE 16 DE SETEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DA CULTURA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 15, inciso X, do Regimento aprovado pelo Decreto nº 9.798, de 13 de outubro de 1986,

RESOLVE:

Nomear ZILÁ TERESA FERREIRA MESSEDER, Professora, matrícula nº 19.301-1, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.2, do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, desta Secretaria.

Brasília, 16 de setembro de 1988

D'ALEMBERT JACCOUD

SECRETARIA EXT. DOS ASSUNTOS DE HABITAÇÃO

Sociedade de Habitação de Interesse Social — LTDA — SHIS

Nº 63/88: SESSÃO: 1.453ª REALIZADA EM: 18.08.88
PROCESSO Nº: 15694/75
ASSUNTO: Celebração de Contrato de Seguro com o Grupo BRADESCO DE SEGUROS.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o exposto pelo Relator,

RESOLVE:

a) autorizar a celebração do Contrato de Seguro contra incêndio com o Grupo BRADESCO de Seguros;

b) que os valores das importâncias seguradas indexadas em OTN será no montante de Cz$. 680.660.000,00 (seiscentos e oitenta milhões e seiscentos e sessenta mil cruzados);

c) que o prêmio a ser pago pela SHIS ao referido Grupo será pelo endosso do Cheque nº 044197-0, no valor de Cz$ 859.199,78 (oitocentos e cinquenta e nove mil, cento e noventa e nove cruzados e setenta e oito centavos), de emissão do próprio BRADESCO, que havia cancelado a apólice assinada em 22.04.88;

d) que, em consequência, a vigência dada pela Resolução Anterior nº 021/88, passa a ser de 05.08.88 e 05.08.89;

e) que o referido seguro dá cobertura às instalações do Edifício Sede,, Bloco "A" da SQS 203 e Depósito SIA.

Relator: EMMANUEL PEDROSA FILHO. Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Diretor Administrativo: EMMANUEL PEDROSA FILHO. Diretor Técnico: PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA. Diretor Financeiro: JOÃO DA CRUZ PIMENTA. Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

Nº 064/88: SESSÃO: 1455ª REALIZADA EM: 30.08.88
PROCESSO Nº: 102.042054/88
ASSUNTO: Obras de contenção das erosões. Drenagem e execução de muros de arrimo. Projetos Samambaia — 1ª etapa e Ceilândia I.
DECISÃO: A DIRETORIA, considerando o parecer do Relator,

RESOLVE:

Aprovar "ad-referendum" do Egrégio Conselho de Administração da SHIS, a execução dos serviços extras em causa, a serem aditados aos Contratos de empreitada celebrados com as firmas Construtora Andrade Valladares Ltda, Via Engenharia e Comércio Ltda. E Construtora Borges Ltda., segundo os valores proporcionais determinados no Relatório SHIS.DT.nº 10/88, que integra a presente Resolução.

Relator: PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA. Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Diretor Técnico: PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA. Diretor Administrativo: EMMANUEL PEDROSA FILHO. Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS. Diretor Financeiro: JOÃO DA CRUZ PIMENTA

Nº 065/88: Sessão: 1.445ª Realizada em: 30.08.88
PROCESSO Nº: 39291/87
ASSUNTO: Consumação de Venda financiada de imóvel
DECISÃO: A DIRETORIA, Consubstanciada no Relatório nº 038/88-DI,

RESOLVE:

1. — Consumar a venda do imóvel constituído pelo apartamento nº 105, do Bloco "H", da QI 18, do Guará I — DF, a ARLENE MARIA GONÇALVES DE REZENDE, por força de dispositivo normativos do SFH.

2. — Fixar o valor de venda do imóvel em 3.215,8670 OTN's, correspondentes nesta data, a Cz$ 6.375.392,00 (Seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil trezentos e noventa e dois cruzados);

3. — Determinar que as importâncias pagas à título de Taxa de Ocupação sejam deduzidas do valor do financiamento;

4. — Deverão ser satisfeitas todas as exigências normais da SHIS, como condição insuperável.

Relator: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS. Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Diretor Finaceiro: JOÃO DA CRUZ PIMENTA Diretor Técnico : PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA. Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

Nº 066/88: Sessão: 1456ª Realizada em: 06.09.88
PROCESSO Nº: 042114/88
ASSUNTO: Determina a distribuição de um imóvel integrante do Projeto Lúcio Costa.
DECISÃO: A DIRETORIA, consubstanciada no Relatório da Diretoria Imobiliária nº 046/88,

RESOLVE:

1. — Aprovar a distribuição de uma unidade integrante do Projeto Lúcio Costa à Sra. MARIA DE LOURDES COSTA SÁ.

2. — Remeter a decisão à deliberação do Egrégio Conselho de Administração, para posterior homologação do Excelentíssimo Senhor Governador

Relator: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS. Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Diretor Administrativo: EMMANUEL PEDROSA FILHO. Diretor Técnico: PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA. Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

Nº 067/88: SESSÃO: 1456ª REALIZADA EM: 06.09.88
PROCESSO Nº: 102.041911/88
ASSUNTO: Homologação da Carta Convite CCO-01/88, tendo por objeto a construção de 13 (treze) unidades habitacionais na Quadra QNP 11 — Ceilândia, através do PROHAP.
DECISÃO: A DIRETORIA, acompanhando o disposto no Relatório SHIS GP nº 09/88,

RESOLVE:

1. Homologar o julgamento resultante da Carta Convite CCO-01/88, declarando vencedora a firma Construtora Mendes Carlos Ltda, com a proposta no valor global de Cz$ 19.094.400,00 (dezenove milhões, neventa e quatro mil e quatrocentos cruzados), equivalentes em agosto/88 a 9.631,57 OTN's.

2. Encaminhar esta decisão à deliberação do Egrégio Conselho de Administração da SHIS, após formalizado o competente Contrato de Empreitada.

Relator: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Diretor Técnico: PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA. Diretor Administrativo: EMMANUEL PEDROSA FILHO. Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

Nº 068/88 SESSÃO: 1457ª REALIZADA EM: 13.09.88
PROCESSO Nº: 7748/85
ASSUNTO: Homologação do ELA 01/88, referente a venda de imóveis comerciais da SHIS.
DECISÃO: A diretoria, considerando o exposto no Relatório nº 010/88-G.P.,

RESOLVE:

Homologar a Licitação ELA 01/88-SHIS, referente a venda de imóveis comerciais sitos nas Cidades Satélites SRIA — Guará II, Taguatinga, Ceilândia e Brazlândia - Distrito Federal.

Relator: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Presidente: ÁTILA FERREIRA PAES LEME. Diretor Administrativo: EMMANUEL PEDROSA FILHO. Diretor Técnico: PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA. Diretor Financeiro: JOÃO DA CRUZ PIMENTA. Diretor Imobiliário: EUSTÁQUIO JOSÉ FERREIRA SANTOS

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF

PORTARIA Nº 171 DE 14 DE SETEMBRO DE 1988

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 50, inciso XXI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 07, de 18 de agosto de 1987 e o que consta no Processo nº 0036/88,

considerando que a data base para o reajustamento dos salários, vencimentos e pensões dos membros e servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público é, **ex vi** do Decreto-lei nº 2.317, de 29 de dezembro de 1986, 1º de janeiro;

considerando o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 8º do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987;

considerando a variação percentual da Unidade de Referência de Preços (URP), calculada com base no § 1º do artigo 3º do Decreto nº 2.335, de 12 de junho de 1987, cuja taxa foi fixada pela Portaria nº 298, de 31 de agosto de 1988 do Ministério da Fazenda,

RESOLVE:

Art. 1º — Os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dos membros do respectivo Ministério Público, bem como os vencimentos, salários, proventos, gratificações, salário-família estatutário dos servidores dos Serviços Auxiliares, bem assim os valores das pensões pagas pelo Tribunal, vigentes em 1º de setembro de 1988, ficaram reajustados em 21,39% (vinte e um vírgula trinta e nove por cento), a partir da mesma data, com base no Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987.

Art. 2º — Em decorrência do reajuste de que trata o artigo anterior, os novos valores são os constantes nos Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Brasília-DF, 14 de setembro de 1988

JOEL FERREIRA DA SILVA

ANEXO I

MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E DO RESPECTIVO MINISTÉRIO PÚBLICO

	RETRIBUIÇÃO BÁSICA A PARTIR DE 1º.09.88			
	VENCIMENTO (Cz$)	REPRESENTAÇÃO MENSAL (%)	(Cz$)	TOTAL
Conselheiro	181.422,04	196	355.587,19	537.009,23
Auditor	177.998,97	194	345.318,00	523.316,97
Procurador-Geral	122.464,14	190	232.681,86	355.146,00
Procurador	81.511,13	150	122.266,69	203.777,82

ANEXO II

CARGOS E EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR			CARGOS E EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO		
REFERÊNCIA		VENCIMENTO OU SALÁRIO A PARTIR DE 1º.09.88 (Cz$)	REFERÊNCIA		VENCIMENTO OU SALÁRIO A PARTIR DE 1º.09.88 (Cz$)
NS	01	25.953,09	NM	03	12.004,69
NS	02	27.917,05	NM	04	12.356,05
NS	03	29.310,40	NM	05	12.734,24
NS	04	30.771,61	NM	06	13.132,64
NS	05	32.316,55	NM	07	13.470,58
NS	06	33.922,01	NM	08	13.855,72
NS	07	35.622,51	NM	09	14.261,13
NS	08	37.400,30	NM	10	14.639,30
NS	09	38.843,47	NM	11	15.024,48
NS	10	40.783,02	NM	12	15.416,17
NS	11	42.345,34	NM	13	15.841,86
NS	12	44.474,04	NM	14	16.274,17
NS	13	46.165,17	NM	15	16.726,65
NS	14	48.473,97	NM	16	17.320,13
NS	15	50.617,08	NM	17	17.895,79
NS	16	52.848,08	NM	18	18.573,88
NS	17	55.171,70	NM	19	19.288,74
NS	18	57.925,94	NM	20	20.124,66
NS	19	60.823,24	NM	21	21.118,41
NS	20	63.870,87	NM	22	22.158,40
NS	21	67.058,05	NM	23	23.254,25
NS	22	70.417,97	NM	24	24.415,31
NS	23	73.930,54	NM	25	25.622,60
NS	24	77.625,11	NM	26	26.885,43
NS	25	81.511,13	NM	27	28.222,92
			NM	28	29.616,04
			NM	29	31.074,14
			NM	30	32.615,72
			NM	31	34.222,37
			NM	32	36.813,47

ANEXO III

GRUPOS: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES E DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS				
	A PARTIR DE 1º.09.88			
NÍVEL	VENCIMENTO OU SALÁRIO (Cz$)	REPRESENTAÇÃO MENSAL (%)	REPRESENTAÇÃO MENSAL (Cz$)	REMUNERAÇÃO MENSAL (Cz$)
DAS - 1	76.747,89	100	76.747,89	153.495,78
DAS - 2	87.492,64	115	100.616,53	188.109,17
DAS - 3	99.741,59	125	124.676,98	224.418,57
DAS - 4	113.705,44	130	147.817,07	261.522,51
DAS - 5	129.624,18	135	174.992,64	304.616,82

DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS - DAI		
NÍVEL	VALOR MENSAL DA GRATIFICAÇÃO A PARTIR DE 1º.09.88 (Cz$)	CORRELAÇÃO
DAI - 3	14.390,17	NÍVEL MÉDIO
DAI - 2	11.512,06	
DAI - 1	9.209,65	
DAI - 3	28.105,77	NÍVEL SUPERIOR
DAI - 2	22.484,59	
DAI - 1	17.987,60	

ANEXO IV

ENCARGOS DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

A PARTIR DE 1º.09.88

	GRATIFICAÇÃO		
	ATUAL (Cz$)	REAJUSTE	NOVO VALOR (Cz$)
SUPERVISOR	42.148,22		51.163,72
ASSISTENTE-TÉCNICO	42.148,22		51.163,72
ASSISTENTE-SECRETÁRIO	29.503,73		35.814,57
AUXILIAR DE GABINETE	29.503,73		35.814,57
AJUDANTE I	33.718,57	21,39%	40.930,97
AJUDANTE II	14.751,83		17.907,24
EXECUTANTE	14.751,83		17.907,24
GARÇOM*	8.678,95		10.535,37
ATENDENTE*	8.678,95		10.535,37

(*) A SEREM EXTINTOS QUANDO VAGAREM

PROCURADORIA GERAL

1ª Subprocuradoria

PARECER Nº: 2.755/88 — 1ª SPR
PROCESSO Nº: 112.004941/87
INTERESSADO: Clemente Linhares da Silveira e NOVACAP
ASSUNTO: Anistia (Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985).

EMENTA: A interpretação da EC nº 26, de 27 de novembro de 1985, deve ser ampla, extensiva, conforme doutrina e jurisprudência firmadas.

Senhor Procurador-Chefe da 1ª SPR.

O interessado — Conforme reconhece a Comissão Geral de Anistia, em 10.06.88 — foi demitido do cargo em comissão de Auxiliar de Gabinete da Novacap — Referência NSC-0 — em 13 de maio de 1964, por motivo de natureza política, em razão do que declarou — referida Comissão - a sua anistia.

Resolvida a matéria substantiva fundamental, ou seja, a da declaração da anistia — inquestionável d'ora em diante — debruçou-se a ilustre e douta Procuradora da Novacap, Doutora Cleuza Francisca Campos, às fls. 23/26, sobre a repercussão do ato, na administração da Companhia, a que possa ser satisfeita a pretensão do interessado no sentido de ser readmitido, e, ainda, da repercussão financeira que tal readmissão acarretará.

Diz a ilustre parecerista, em certo trecho: — "Não discutiremos se a Administração deverá, ou não, readmitir o servidor, isto é imperativo legal". Com esta conclusão nos colocamos inteiramente de acordo.

Corroborando com a mesma, cumpre-nos, apenas, ajudar na objetivação da media a ser adotada.

Assim, é de se ter presente que o interessado tem contado para todos os efeitos — exceto o financeiro completo — o seu tempo de afastamento, como se na ativa estivesse.

Desta sorte, a Novacap deverá entender o interessado como se nunca tivesse deixado os serviços da Empresa e, perseguindo o tempo, desde a época em que ocupava o cargo em comissão — Referência NSC-0 — Auxiliar de Gabinete — localizá-lo, hoje, no enquadramento a que teria direito, através da equivalência entre cargos e empregos em comissão existentes com os atuais correspondentes.

Deve, ainda, a Empresa verificar, após procedida a equivalência, se ao interessado é aplicável a Resolução Normativa nº 09 do CPP da SEA.

Abordando, agora, o outro aspecto do processo — a indagação de como se proceder em relação aos benefícios pecuniários — esclarecemos que a matéria deve, tão simplesmente, ser resolvida pela aplicação do disposto no Art. 4º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, quando assim estabelece, **verbis:**

"Art. 4º — É concedida anistia a todos os servidores civis da Administração direta e indireta e militares punidos por ato de exceção, institucionais ou complementares.

.....

§ 5º — O disposto no caput deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente Emenda, vedada a remuneração de qualquer espécie, em caráter retroativo".

O dispositivo é claro e dispensa maiores digressões.

Pode, entretanto, surgir à dúvida: os efeitos financeiros vão da promulgação da Emenda até a declaração da anistia, ou até o momento em que esta se objetiva pela readmissão do anistiado.

Entendemos que, uma vez que o tratamento que é de ser dado ao anistiado é o de como se na ativa estivesse os efeitos financeiros vão da promulgação da Emenda até a data da sua efetiva readmissão, quando passará a receber, normalmente, de novo. Não haverá qualquer hiato, inclusive relativamente ao período que vai da declaração da anistia até o momento em que é efetivamente readmitido, eis que, caso contrário, estaria se descumprindo mandamento constitucional que manda tratá-lo como se na ativa estivesse.

Ademais, não perder de vista, nunca, o aspecto político-jurídico da Emenda examinada: a concórdia, a harmonia, o perdão, a paz e todas as demais metas próprias à conciliação e apasiguamento de um povo, de tal maneira que, a sua interpretação, há de dar-se da mais ampla forma, irrestrita e benigna, onde, somente a grandeza de espírito há de presidir ao exame dos casos 'in concreto".

Tratando do assunto, o Parecer nº 550/86, da Secretaria de Pessoal do DASP, publicado no DOU de 11.06.86, págs. 8429/8430, Seção I, assim se expressa, **verbis:**

"... A Lei da Anistia (Emenda Constitucional nº 26/85, art. 4º), benigna que é, deve ser interpretada extensimente, limitada, somente pela própria lei que o instituiu. ..."

O Excelso Pretório, numa profusão de acórdãos e votos de seus Ministros, ao longo da história, estabelece, no mesmo sentido, certamente, a mais pacífica das suas jurisprudências.

Escolhendo a esmo, encontramos, nos idos de 21 de dezembro de 1931, no Recurso Criminal nº 719, de interesse de Manoel de Souza Chantre e outros, o acórdão publicado na Revista "Arquivo Judiciário" págs. 235 e seguintes e citado, em voto, pelo Ministro José Neri da Silveira, **verbis:**

"... Certamente na aplicação dos decretos de anistia existe um critério fundamental e universal de interpretação que ninguém pode desconhecer. A interpretação deve ser ampla, favorável e benigna, por isso que, quando o legislador edita um ato de clemência, quando a razão ou as necessidades políticas exigem ou consentem aplique-se também aos culpados ou, ao menos, a um certo tipo de culpados, o sublime e santo princípio de perdão, o juiz deve

fecundar e não esterilizar o entendimento legislativo.

— .....

Sempre que parecer-nos não estar evidente e certo no decreto de anistia a vontade contrária do legislador, não se deve abandonar a interpretação mais-benigna, sufragada pela lei, segundo todas as regras da hermenêutica em matéria penal, especialmente a que corresponde ao espírito do perdão e da brandura que determina a anistia.

— .....

Outra observação a fazer-se é que na interpretação dos decretos de soberana indulgência, usar-se-á a máxima amplidão, de acordo com o conhecido princípio de Giavolenno.

Em recente acórdão da excelsa Corte proferido no Mandado de Segurança nº 20.643-8, de 09.04.87, preleciona o Excelentíssimo Ministro José Neri da Silveira, **verbis:**

"Alcançou-se, destarte, o fim político institucional e social da anistia, elidindo-se as restrições existentes na Lei nº 6683/79, válidas como instrumento preparatório, porém, inadequadas à época atual, com o restabelecimento da plenitude dos direitos do cidadão. É o ideal que deve ter norteado os Legisladores na promulgação da Emenda Constitucional nº 26/85, que, no momento histórico, em harmonia com os pleitos dos atingidos pelos atos excepcionais, não só extinguiu a infração cometida e a respectiva sanção, como restabeleceu o direito recolocando os fatos e a legalidade no mesmo estado em que estariam, se a infração jamais tivesse ocorrido.

Assim, na aplicação da norma concessiva, a E.C. nº 26/85 há de ser interpretada na forma ampla, sem restrições, sob a luz do § 3º do Art. 4º e item 10 da Instrução Normativa nº 179/86".

Posto isso, solicitamos a remessa do processo à Novacap para que proceda de acordo com o presente parecer, além do outro emitido pela douta Procuradoria da Empresa.

Brasília, 30 de agosto de 1988

PAULO CÉSAR CARVALHO DE MENDONÇA
Procurador

Exmo. Sr, Procurador Geral.

Submeto a elevada consideração de V. Exa. o presente Processo nº 112.004.941/87 (fls. 1/33), acompanhado do parecer nº 2.755/88-1ª SPR. (fls. 28/32), da lavra do Procurador PAULO CESAR CARVALHO DE MENDONÇA, que tem o nosso assentimento (inciso XI, art. 32, do Decreto nº 4.591/79).

Brasília, 31. de agosto de 1988
JOSÉ DE LOURDES BRANDÃO
Procurador Chefe da 1ª SPR

Aprovo o bem lançado Parecer nº 2.755/88-1ª SPR., à Novacap, via SVO.

Em, 31.08.88
HUMBERTO GOMES DE BARROS
Procurador Geral do
Distrito Federal

MO PADRÃO 04/80. DATA DA ASSINATURA: 23 de agosto de 1988.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº: 032.001.544/87 — PARTES: DF/SSS X XEROX INDUSTRIAL E COMERCIAL S/A. OBJETO: Aditamento à NE Nº 133/88-SSS. VALOR: Cz$ 700.000,00 (setecentos mil cruzados. NOTA DE EMPENHO Nº 136/88-SSS, emitida por estimativa em 22.08.88. Subelemento de Despesa 3.1.3.2-18. PRAZO: Até 31.12.88. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 043/87-CL-SEA. TERMO PADRÃO Nº 12/80.

Brasília, 06 de setembro de 1988.

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DA QI 27 CONJUNTOS 19 E 20, DO LAGO SUL, BRASÍLIA-DF

EXTRATO DO ESTATUTO

Extrato do Estatuto da Associação Comunitária dos Moradores da QI 27, Conjuntos 19 e 20, do Lago Sul, Brasília-DF. É instituída a Associação Comunitária dos Moradores dos Conjuntos 19 e 20 da QI 27 do Lago Sul. Sociedade Civil sem fins lucrativos com sede nos Conjuntos 19 e 20 da QI 27 Lago Sul e foro em Brasília, Distrito Federal, com tempo indeterminado de duração e cuja finalidade é prestar serviços de interesse comum dos moradores. É administrada por: 1 — Conselho de Moradores; 2 — Presidente; 3 — Vice-Presidente; 4 — Tesoureiro e 5 — Secretário. Compete ao Presidente representar a Associação nos atos de interesse da Comunidade em juízo ou fora dele. A extinção da Associação dar-se-á por decisão do Conselho de Moradores, em reunião especialmente convocada para tal finalidade e se extinta o Conselho deliberará sobre a destinação do patrimônio. O Estatuto é reformável por deliberação do Conselho de Moradores. Brasília, 06 de setembro de 1988.

ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS E MORADORES DO CONJ. 03 DA SHIN QI 13 EXTRATO DO ESTATUTO

1 — CONSTITUIÇÃO DA ASSOCIAÇÃO: 1.1 — Das razões coletivas — Os moradores do conjunto 03 da SHIN QI 03 reconhecem, unanimemente, que enfrentam problemas comuns relacionados com a segurança física de seus familiares, com a integridade dos respectivos patrimônios, com a necessidade de disciplinar o trânsito de veículos no interior da via que serve aos 22 lotes, com o interesse de homogeneizar padrões de limpeza, de higiene e de estética paisagística nas áreas comuns com o cumprimento da legislação pertinente a lotes desocupados e obras em andamento, com a defesa ecológica e preservação de áreas verdes e, finalmente, com a necessidade de se fazerem representar em reuniões comunitárias, reuniões de Prefeitura do Lago Norte, do GDF, onde se fizer necessário, que pretendam tratar desses ou de outros assuntos de interesse coletivo. 1.3 — Dos associados — A APM do conjunto 03 da SHIN QI 13, reune, como associados natos, os moradores proprietários e/ou inquilinos (estes últimos como representantes permanentes dos respectivos proprietários) os proprietários com obras em andamento e os proprietários de lotes não ocupados. 2 — PRECEITOS BÁSICOS 2.2 — Dos contribuintes e do valor das contribuições — 2.2.2 — A contribuição mensal dos associados será exclusivamente destinada ao pagamento do pessoal empenhado no serviço comunitário com base no seguinte critério de classes de contribuintes: — Classe 1: proprietário ou inquilino morador: Contribuição básica equivalente a 04 OTN's; Classe 2: proprietário de lote com obra em andamento: 02 OTN's; e Classe 3: proprietário de lote não ocupado: 01 OTN's. 2.3 — Da Administração. 2.3.1 — A APM do conjunto 03 da SHIN QI 13 será representada por um Administrador e seu Adjunto escolhidos entre os associados contribuintes efetivos, em eleição direta, que administrará por um período de 06 (seis) meses exato. 2.3.3 — Administrador e Administrador Adjunto constituirão a administração da APM e, até que todos os associados moradores tenham desempenhado as duas funções, serão eleitos por maioria absoluta da assembléias dos associados. 2.3.4 — Ficam vedadas concessões de quaisquer pagamentos ou benefícios dos Administradores.

(DAR - Cz$ 21.560,00)

CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O DISTRITO FEDERAL E A FUNDAÇÃO CIDADE DA PAZ, NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado, o **DISTRITO FEDERAL**, neste ato representado pelo Governador JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA e, de outro lado, a **FUNDAÇÃO CIDADE DA PAZ**, pessoa jurídica de direito privado, instituída por escritura pública lavrada no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no Livro 1454, folhas 02/05, sob o número 5421, doravante denominada simplesmente **FUNDAÇÃO**, neste ato representada por seu Presidente, o Senhor PIERRE WEIL, francês, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro nº 06006358, com visto permanente, tendo em conta o disposto no Art. 20, § 2º, do Decreto nº 10.996, de 26 de janeiro de 1988, têm justo e contratado o que se contém nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Na qualidade de senhor e possuidor do imóvel rural localizado na "GRANJA DO IPÊ", situada na Granja Modelo nº 2 (dois), do Setor de Áreas Isoladas Sul, e cuja área, limites e confontações estão compreendidos dentro da poligonal descrita nas plantas de Parcelamento-Urbano 36/84 e respectivo Memorial Descritivo MDE 36/84, aprovados pela Decisão nº 117/88-CAUMA, e dos equipamentos e bens arrolados no "Termo de Entrega da Residência Oficial do Ipê", firmado pelo Diretor de Administração da Presidência da República, os quais - rubricados pelas partes - passam, para todos os efeitos, a integrar- se no presente contrato, o **DISTRITO FEDERAL** concede em caráter precário, nos termos do dispoto no art. 7º do DECRETO-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967 e de acordo com o art. 24 da LEI nº 4.545/64, à **FUNDAÇÃO** o direito real de uso do imóvel, nele compreendida a área da Residência Oficial e respectivas acessões, bem como os equipamentos e demais bens nele instalados, todos retro descritos, para que a **FUNDAÇÃO** os possua e use exclusivamente no cumpri

mento de suas finalidades específicas, consignadas no seu estatuto, que igualmente integra este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - Considerando o presente contrato de concessão de direito real de uso, ora celebrado, as partes acordam em resilir o contrato de comodato entre si celebrado em data de dezenove (19) de novembro de 1987 e registrado sob o número de ordem 115358, no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, que passa, para todos os efeitos, a ser substituído pelo que se contém neste instrumento, segundo cujas cláusulas e condições se regerão exclusivamente as relações entre as partes no que respeita ao seu objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA - No uso dos bens ora concedidos, obriga-se a **FUNDAÇÃO**, sob pena de incorrer no que dispõe a **CLÁUSULA OITAVA** deste contrato, a: 1) não usar, ou utilizar, os bens em destinação, ou finalidade, diversa da constante na **CLÁUSULA PRIMEIRA** - 2) mantê-los em perfeito estado de conservação e defender-lhes a posse de quaisquer moléstias advindas de atos de terceiros, comunicando por escrito ao **DISTRITO FEDERAL**, contemporaneamente com as medidas que promover, a turbação ou esbulho contra sua posse, bem como o justo receio de ser molestado nela; 3) pagar pontualmente, pelo modo e forma que lhe serão comunicados tempestivamente pelo órgão competente do **DISTRITO FEDERAL**, a remuneração prevista na **CLÁUSULA QUINTA**, bem como os encargos de que trata a **CLÁUSULA SÉTIMA**; e 4) restituir o imóvel e demais bens ora concedidos ao **DISTRITO FEDERAL**, uma vez finda a concessão, com as benfeitorias e acessões, indenizáveis ou não, na conformidade dos motivos de sua cessação.

CLÁUSULA QUARTA - Não poderá a **FUNDAÇÃO** transferir a terceiros os direitos oriundos deste contrato, salvo no caso de sua extinção e desde que seu sucessor, definido na forma do estatuto ou da legislação então em vigor, se proponha fins iguais ou similares e apresente ao **DISTRITO FEDERAL** declaração de anuência às normas e condições estabelecidas no presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - À **FUNDAÇÃO**, porém, será lícito e permitido, sem prejuízo da validade e vigência deste contrato, avençar-se com terceiros, inclusive com missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo Brasileiro, com vistas à execução, nas terras aqui concedidas, do chamado "PROJETO BELO BALÃO", ou outros semelhantes, contando que compatíveis com as suas finalidades estatutárias, ou necessários à sua consecução.

CLÁUSULA QUINTA - A **FUNDAÇÃO** pagará mensalmente ao **DISTRITO FEDERAL**, a título de Taxa de Ocupação dos bens ora concedidos, importância correspondente a duas (2) Obrigações do Tesouro Nacional - **OTN**, ou índice de variação equivalente que legalmente vier a substituí-las.

CLÁUSULA SEXTA - O presente contrato terá duração e vigência pelo prazo de quinze (15) anos, prorrogável por igual período, podendo, todavia, ser alterado, aditado ou resilido, a qualquer tempo, mediante acordo das partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - Caberá, exclusivamente, à **FUNDAÇÃO** o pagamento de todos os encargos civis, administrativos e tributários que incidem ou venham a incidir sobre os bens concedidos, de acordo com o disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1987.

CLÁUSULA OITAVA - Resolver-se-á a presente concessão de uso, caso a **FUNDAÇÃO** destine os bens, cujo uso agora se outorga, a finalidade diversa da estipulada no presente instrumento ou deixe de cumprir qualquer das condições contratuais, especialmente as previstas nas **CLÁUSULAS TERCEIRA, QUARTA, e QUINTA.** Na ocorrência dessas hipóteses, perderá a **FUNDAÇÃO**, em favor do **DISTRITO FEDERAL**, o direito a indenização de quaisquer benfeitorias ou acessões que porventura houver executado no imóvel, após notificação, judicial ou extrajudicial, ao seu representante legal, para, no prazo de trinta (30) dias, sanar o descumprimento contratual.

CLÁUSULA NONA - Fica eleito, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília, DF, para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato, ou a ele relativa.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as Partes o presente contrato em nove (9) vias de igual teor e forma, para um só e mesmo efeito, na presença das testemunhas que o subscrevem.

Brasília/DF, 15 de setembro de 1988.

pelo **DISTRITO FEDERAL**

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

pela **FUNDAÇÃO**

PIERRE WEIL
Presidente

UNIÃO METROPOLITANA DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DE BRASÍLIA — UMESB

EXTRATO DA ATA DO V CONGRESSO DOS ESTUDANTES SECUNDARISTAS DO DISTRITO FEDERAL QUE APROVOU MODIFICAÇÃO PARCIAL NO ESTATUTO

Ao dia 10 do mês de setembro de 1988 realizou-se o V Congresso dos Estudantes secundaristas do Distrito Federal, que aprovou a seguinte alteração no Estatuto da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília — UMESB: art. 7ª passa a ter a seguinte redação. "O quorum mínimo para a instalação do Conselho de Entidades de Base é de 50% + 1 das entidades filiadas". art. 8ª passa a ter a seguinte redação:"Por decisão suprema do V Congresso dos Estudantes Secundaristas do Distrito Federal, a diretoria passa a ser composta de 21 (vinte e hum) membros assim constituída, " os itens a,b,c,e,f,g,h,i,j,k,l,m,n, e r, permaneceram inalterados, os itens "o" e "p" e "q" passaram a ter a seguinte redação: "o" : Vice Regional Ceilândia/Brazlândia, " p " Vice Regional Guará; "q" : Vice Regional Núcleo Bandeirante. art. 8º Parágrafo único passa a ter a seguinte redação: "A Executiva da diretoria será composta pelos 7 (sete) primeiros cargos. art. 15º passa a ter a seguinte redação: " Editar o Jornal da UMESB, órgão oficial de divulgação da entidade, bem como demais impressos informativos". art. 34º passa a ter o seguinte texto : " O Jornal da UMESB é o órgão oficial de divulgação da entidade e deverá ter publicação periódica." A partir do V Congresso de Reconstrução o Estatuto da UMESB passa a ser composto de 39 artigos. Foi aprovado a proposta de que o próximo congresso será chamado de X Congresso da UMESB. ADRIANO LÁZARO LOURENÇO REIS PRESIDENTE

EXTRATO DO ESTATUTO

O Museu do Folclore — Arte e Cultura Popular Brasileira, entidade civil de direito privado, de caráter cultural, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília-DF, rege-se pelos presentes estatutos: o museu tem por fim preservar e divulgar as manifestações folclóricas e da arte e cultura popular brasileira, promover e estimular atividades em todos os setores culturais, durará por tempo indeterminado, será constituído de sócios fundadores e Beneméritos; os sócios não responderão subsidiariamente pelos compromissos do museu; são órgãos da administração a Diretoria e a Assembléia-Geral; o Presidente responderá e representará o museu ativa e passivamente em Juízo e fora dele; o Presidente responderá pela administração; o patrimônio será constituído pelas subvenções, auxília, doações e legados; em caso de dissolução a Assembléia-Geral deliberará sobre o assunto;

em caso de dissolução os bens móveis e imóveis reverterão a outra entidade congenere; estes estatutos são reformáveis mediante iniciativa de seu presidente que convocará a Assembléia-geral.

WELITON GOMES
Presidente

(DAR — Cz$ 12.320,00)

SECRETARIA DO GOVERNO

CODEPLAN
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

ESPÉCIE: CONTRATO Nº 1921/88
PARTES: CAESB X CODEPLAN
DATA DA ASSINATURA: 29.08.88
VIGÊNCIA: ATÉ 28.08.89
VALOR ESTIMADO: Cz$ 135.000.000,00 (CENTO E TRINTA E CINCO MILHÕES DE CRUZADOS)
OBJETO: PRESTAÇÃO, PELA CODEPLAN, DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: CÓDIGO 11.230.430.304 e 11.230.430.305/SPDA.

PUBLICAÇÃO: AS EXPENSAS DA CODEPLAN.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA
CAESB

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1.884/88

PROCESSO Nº: 092-003835/88-CAESB
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: AUTORIZADO ATRAVÉS DA DREN.CAESB.
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA ENGE-RIO — ENGENHARIA E COMÉRCIO S/A.
OBJETO: ALTERA ITEM 3.2 DA CLÁUSULA TERCEIRA (VALOR/PREÇO) E CLÁUSULA QUINTA (PRAZO/VIGÊNCIA).
VALOR: Cz$ 15.160.139,50
PRAZO: FICA PRORROGADO POR MAIS 30 (TRINTA) DIAS

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1.832/88

PROCESSO Nº: 092-004207/88-CAESB.
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: AUTORIZADO ATRAVÉS DA DIRETORIA DE ENGENHARIA DA CAESB.
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA CAENGE — CONSTRUÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E ENGENHARIA LTDA.
OBJETO: ALTERA CLÁUSULA QUINTA (PRAZO)
PRAZO: EXECUÇÃO E VIGÊNCIA FICAM PRORROGADOS PARA 02.11.88 E 02.12.88, RESPECTIVAMENTE.

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1.838/88

PROCESSO Nº: 092-004130/88
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: AUTORIZADO ATRAVÉS DA DIRETORIA DE ENGENHARIA.
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA COMIM—CONSTRUTORA MARQUES I MALUF LTDA.
OBJETO: ALTERA CLÁUSULA QUINTA (PRAZO/VIGÊNCIA).
PRAZO: ATÉ DIA 03.11.88.
VIGÊNCIA: 04.12.88.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA
CAESB

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1.891/88

PROCESSO Nº: 092-002500/88-CAESB
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: AUTORIZADO ATRAVÉS DA DIRETORIA DE ENGENHARIA.
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA SEEBLA SERVIÇOS DE ENGENHARIA EMÍLIO BAUMGART LTDA.
OBJETO: ALTERA CLÁUSULA SEGUNDA (FONTE DE RECURSO)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OS RECURSOS FINANCEIROS DO CONTRATO SÃO OS SEGUINTES:
— Cz$ 6.685.600,00 — CTN-0593/85
— Cz$ 6.314.400,00 — CTE-1.107/88.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1.920/88-CAESB

PROCESSO Nº: 092-002196/88
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: CV-119/88- CAESB.
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA MOREIRA AUDITORES BRASILEIROS ASSOCIADOS.
OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA CONTÁBIL, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1988.
VALOR: Cz$ 951.356,26
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OS RECURSOS FINANCEIROS SÃO PRÓPRIOS DA CAESB.
AS DESPESAS CORRERÃO À CONTA DA RUBRICA 11.230. 420. 305. DA SUPERINTENDÊNCIA FINANCEIRA.
PRAZO: 01 (UM) ano
VIGÊNCIA: A PARTIR DE 05.09.88.

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA
CAESB

EXTRATO DO CONTRATO Nº 1.921/88

PROCESSO Nº: 092-001019/88-CAESB
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: HOMOLOGADO ATRAVÉS DA DIRETORIA COLEGIADA DA CAESB.
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL — CODEPLAN.
OBJETO: SERVIÇO DE PROCESSAMENTO DE DADOS E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, LOCAÇÃO DE PESSOAL PARA DIGITAÇÃO E A MANUTENÇÃO DA UNIDADE DESCENTRALIZADA DE DADOS — UDED, INSTALADA NO EDIFÍCIO SEDE DA CAESB.
VALOR: Cz$ 135.000.000,00
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: AS DESPESAS CORRERÃO À CONTA DO CÓDIGO — 11.230.430.304 e 11.230.430.305/SPDA.
PRAZO: 12 (DOZE) MESES
VIGÊNCIA: A PARTIR DE 29.08.88.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1.887/88-CAESB

PROCESSO Nº: 092-000464/88-CAESB
MODALIDADE E NÚMERO DA LICITAÇÃO: AUTORIZADO ATRAVÉS DA DIRETORIA DE ENGENHARIA DA CAESB.
PARTES: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA — CAESB E A FIRMA ENGE-RIO — ENGENHARIA E CONSULTORIA S/A.
OBJETO: ALTERA CLÁUSULA SEGUNDA (FONTE DE RECURSO)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: OS RECURSOS FINANCEIROS SÃO PRÓPRIOS DA CAESB.

Alteração Contratual da GLOBEX ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS LTDA, CGC 28672400/0001-62, para aumento do capital para Cz$ 100.000.000,00 e abertura da filial de Brasília sito no STRc Trechos 02 e 03 Conj. F e D, Lote 03 parte, Plano Piloto, tendo por objeto administração de Consórcios de bens duráveis em geral e exercício de atividades anexas e complementares a administração de consórcio.

(DAR - Cz$ 3.696,00)

HORIZONTE REPRESENTAÇÕES LTDA
CONTRATO SOCIAL
EXTRATO

ANTÔNIO ARI MIRANDA LOPES e MARIA VIOLETA CORREIA SAMPAIO, de comum acordo resolvem constituir uma Sociedade Civil por quotas de responsabilidade limitada que adotará a denominação social de HORIZONTE REPRESENTAÇÕES LTDA, a Sede Social será a SCS Quadra 01 Edifício Baracat sala 106 Brasília-DF, tendo por objetivo de negócio a Representação Comercial, Industrial e Financeira, por conta própria e de terceiros, Cartões de Créditos, Consórcios e de Financeira em Geral e Atividades Correlatas. O Capital Social será de Cz$ 1.000.000,00 divididos em 1.000.000,00 de quotas cada uma totalmente integralizadas em moeda corrente do País, participando cada sócio na seguinte proporção: Antônio Ari Miranda Lopes 500 quotas e Maria Violeta Correia Sampaio 500 quotas. O prazo de duração da Sociedade será indeterminado. A responsabilidade dos Sócios será limitada ao valor do capital social na forma da Lei. A gerência da Sociedade e a administração serão exercidas por ambos os sócios em conjunto ou isoladamente. As decisões que envolvam modificações totais ou parciais deste instrumento serão tomadas de comum acordo entre os sócios.

(DAR — Cz$ 13.552,00)

EXTRATO DO TERMO DE ADITAMENTO DE Nº 025/88-DETRAN-DF
QUARTO TERMO DE ADITAMENTO

PROC. 00055.001860/87
PARTES: CONTRATANTE — DETRAN-DF
CONTRATADA — APETIK — REFEIÇÕES CONVÊNIOS LTDA
OBJETO: ALTERAÇÃO DA PRI

MEIRA CLÁUSULA, PARÁGRAFO ÚNICO, CUJO VALOR DE 220,00 (DUZENTOS E VINTE CRUZADOS); FICA CORRIGIDO PARA 370,00 (TREZENTOS E SETENTA CRUZADOS).
PRAZO: VIGÊNCIA 31.12.88
ATIVIDADE: 2.063 — ELEMENTO 3.1.3.0, SUBELEMENTO 3.1.3.2/10, OUTROS SERVIÇOS E ENCARGOS.
FORO: BRASÍLIA-DF
DATA: 25.08.88.
ASSINATURA: PELO DETRAN-DF SEU DIRETOR GERAL — PROF. JONAS TORRACA E PELA CONTRATADA E GERENTE THAIS CARDOSO SIMÕES.

(DAR-Cz$ 9.240,00)

SECRETARIA DA CULTURA FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE DISTRATO DO CONVÊNIO Nº 001/88, CELEBRADO EM 15 DE MARÇO DE 1988, ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DO CINE ITAPOÃ DO GAMA, NO DISTRITO FEDERAL.

A FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, neste ato representada pelo seu Presidente, D'ALEMBERT JORGE JACCOUD, e do outro lado a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE e pelo seu Diretor Administrativo Financeiro, MARCOS DECAT FRANÇA, resolvem, de comum acordo, distratar o Convênio entre ambos firmado em 15 de março de 1988, tendo por objeto a execução dos serviços de recuperação do Cine Itapoã do Gama, no Distrito Federal.

Estando as partes acordadas com os termos deste distrato para o fim de ficarem reciprocamente liberadas das obrigações assumidas, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Brasília-DF, 06 de setembro de 1988

FUNDAÇÃO CULTURAL D'ALEMBERT JORGE JACCOUD
Presidente

NOVACAP:
LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE
Diretor Presidente
MARCOS DECAT FRANÇA
Diretor Administrativo Financeiro

TESTEMUNHAS:
MARIA INÊZ DOS SANTOS PINTO
ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 031/88
PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS E A FIRMA CONSTRUTORA BORGES LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 025/87 firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos em 91 casas do Canteiro "P" — Samambaia.
VALOR: Cz$ 5.713.554,90 (cinco milhões, setecentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e quatro cruzados e noventa centavos).
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988.

P/SHIS ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA
RODRIGO DE CASTRO BORGES
Diretor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 032/88
PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS E A FIRMA CONSTRUTORA BORGES LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 026/87, firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos em 33 casas do Canteiro "Q" — Samambaia.
VALOR: Cz$ 2.042.005,90 (dois milhões, quarenta e dois mil e cinco cruzados e noventa centavos).
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988

P/SHIS:
ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS:
PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA:
RODRIGO DE CASTRO BORGES
Diretor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/ GP/SJ /Nº 033/88
PROCESSO: 042054/88
PARTES:SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS E A FIRMA VIA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 031/87 firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos e obras de drenagem em 108 casas do Canteiro "A" — Ceilândia.
VALOR: Cz$ 9.655.598,00 (nove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e oito cruzados).
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988.

P/SHIS ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA
FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ
Diretor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 034/88
PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS E A FIRMA VIA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 032/87, firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos e obras de drenagem em 44 casas do Canteiro "A" — Samambaia.
VALOR: Cz$ 2.538.956,40 (dois milhões, quinhentos e trinta oito mil, novecentos e cinquenta e seis cruzados e quarenta centavos.
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988

P/SHIS:
ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS:
PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA:
FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ
Diretor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 035/88
PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS E A FIRMA VIA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 033/87 firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos em 200 casas do Canteiro "B" — Samambaia.
VALOR: Cz$ 9.469.065,10 (nove milhões, quatrocentos e sessenta e cinco cruzados e dez centavos).
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988

P/SHIS ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS:
PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA:
FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ
Diretor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 036/88
PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS E A FIRMA VIA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 034/87 firmado em 30/11/87, objetivando a construção de muros de arrimos e obras de drenagem em 91 casas do Canteiro "M" — Samambaia.
VALOR: Cz$ 17.964.872,00 (dezessete mil, novecentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e setenta e dois cruzados).
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988

P/SHIS:
ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS:
PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA:
FERNANDO MÁRCIO QUEIROZ
Diretor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 037/88
PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS E A FIRMA ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 027/87 firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos em 92 casas do Canteiro "B" — Samambaia.
VALOR: Cz$ 4.258.967,10 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e oito mil novecentos e sessenta e sete cruzados e dez centavos).
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988.

P/SHIS ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITERA
RENATO VALLE SALLES
Diretor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 038/88

PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS E A FIRMA ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 038/88 firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos e obras de drenagem em 84 casas do Canteiro "N" — Samambaia.
VALOR: Cz$ 9.541.664,20 (nove milhões, quinhentos e quarenta e um mil seiscentos e sessenta e quatro cruzados e vinte centavos).
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988.

P/SHIS ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS PAULO ROBERTO BARBOSA
DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA

RENATO VALLE SALLES
Diretor

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADITIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 039/88
PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA — SHIS E A FIRMA ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 029/87 firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos e obras de drenagem em 92 casas do Canteiro "O" — Samambaia.
VALOR: Cz$ 12.017.996,00 (doze milhões, dezessete mil, novecentos e noventa e seis cruzados).
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988 .

P/SHIS
ÁTILA FERREIRA PAES LEME
Presidente

P/SHIS
PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA

RENATO VALLE SALLES
Diretor

PROCURADORIA GERAL
1ª SUBPROCURADORIA
EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 111.002.341/88 — PARTES: DF/GAG X CINE-CLUBE PORTA ABERTA. ESPÉCIE: Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, firmado entre as partes em 1º de setembro de 1988. OBJETO: Concessão de Direito Real de Uso de um Imóvel, situado na Área para Cinema 01 (um) da Praça 01 (um) do Setor Leste da Cidade Satélite do Gama-DF, conforme discriminação na Cláusula Primeira do Contrato e Relação de móveis listados e especificados em 02 (duas) folhas juntadas ao Contrato e que passam a integrá-lo como parte do mesmo. VALOR: 01 (uma) OTN mensal. PRAZO: 10 (dez) anos. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964. DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 1988. PUBLICAÇÃO: DFDO às expensas do Distrito Federal.
Brasília, 15 de setembro de 1988

DISTRITO FEDERAL

01 TITAVO ADITIVO AO
02 TERMO DE CONVÊNIO Nº 025/86

CONVENENTES
1º DISTRITO FEDERAL SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA - SLU
03 COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL - CODEPLAN

04 PROCESSO	05 DATA ASSINATURA	06 VIGÊNCIA ATÉ	07 VALOR Cr$
094.002614/86	15.09.88	31.12.88	3.000.000,00

08 ALTERAÇÃO

Por este instrumento, fica aditado o convênio nº 025/86, celebrado entre os convenentes supracitados, com o fim de ser-lhe acrescido Cz$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzados), perfazendo o total de Cz$ 6.460.000,00 (seis milhões, quatrocentos e sessenta mil cruzados), ficando inalterados os demais dispositivos.

xxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxxx

Maria Victoria Moreira Caldas
1º SPR-PRG

xxxxxxxxxxxx

xxxxxxxxxxxxxx

09 VALOR POR EXTENSO
TRÊS MILHÕES DE CRUZADOS .X.X..X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.X.

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA - SLU

11 PROJETO/ATIVIDADE	12 TAXA DE ADM.%
ATIVIDADE : SLU 2.054	-0-

13 ELEMENTO DE DESPESA	14 FONTE DE RECURSOS
3.1.3.2 : 36	00 - SLU

NOTA DE EMPENHO

15 NÚMERO	16 VALOR Cr$	17 NÚMERO	18 VALOR Cr$
0255/88-SLU	3.000.000,00		
19	20	21	22

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONVENENTES

23 DISTRITO FEDERAL
BRASIL AMERICO LOULA CAMPOS - SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE LIMPEZA URBANA-SLU, Delegação de Competência no art. 15 do Decreto nº 10.974 de 31.12.87.

24 2º CONVENENTE
RONALDO FONSECA DE PAIVA — Diretor - Presidente
ANTONIO CARLOS GASTOS DA SILVA — Diretor Administrativo e Financeiro
MARCOS DE MESQUITA FILHO — Diretor de Informática
Conforme Decisão de Diretoria Colegiada em sua 955ª Reunião realizada em 05.09.88

TESTEMUNHAS

25 Esmael Pires de Oliveira
26 Paula Ney Figueiredo

2.0.12

EXTRATO DO TERMO ADITIVO

ADIT/CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 040/88

PROCESSO: 042054/88
PARTES: SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA. — SHIS E A FIRMA ANDRADE VALLADARES ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.
OBJETO: TERCEIRO ADITIVO AO CONT/SHIS/GP/SJ/Nº 030/87 firmado em 30.11.87, objetivando a construção de muros de arrimos e obras de drenagem em 31 casas do Canteiro "R" Samambaia.
VALOR: Cz$ 2.677.815,40 (dois milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e quinze cruzados e quarenta centavos.
DESPESAS COM PUBLICAÇÃO: por conta da SHIS.

Brasília, 30 de agosto de 1988

P/SHIS:
ÁTILA FERREIRA PAES LEME
PRESIDENTE

P/SHIS:
PAULO ROBERTO BARBOSA DA SILVA
Diretor Técnico

P/EMPREITEIRA:

RENATO VALLE SALLES
Diretor

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

SECRETARIA DO GOVERNO
COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
CODEPLAN
VISO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº: 005/88
OBJETO: Formulários Contínuos
DATA: 04 de outubro de 1988
LOCAL: SIG-SUL Quadra 04 lote 675
HORÁRIO: 09:30 horas
EDITAL: Encontra-se afixado no quadro de aviso da empresa, no andar térreo.

— Os interessados que desejarem cópia do presente Edital, serão atendidos, pela Comissão de Licitação, na Sala 405 — 4º andar do Edifício Sede, mediante a apresentação do Recolhimento , na Tesouraria da Companhia da Taxa de 01 (uma) OTN.

JUVENATO BARBALHO
Presidente da Comissão de Licitação
(DIAS 20, 21, e 22)

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DIVISAO DE SELEÇÃO

EDITAL Nº 004/88

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber que estarão abertas as inscrições para CONCURSO PÚBLICO E INTERNO destinado ao preenchimento de vagas na tabela de Empregos Permanentes da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

01 CATEGORIAS FUNCIONAIS OFERECIDAS AO CONCURSO PÚBLICO E INTERNO:

1.1 - Médico Anatomia Patológica;
1.2 - Médico Anestesiologista;
1.3 - Médico Broncoesofagologista;
1.4 - Médico Cardiologista;
1.5 - Médico Cirurgia Cardíaca;
1.6 - Médico Cirurgia Vascular Periférica;
1.7 - Médico Cirurgia Geral;
1.8 - Médico Cirurgia Torácica;
1.9 - Médico Dermatologista;
1.10 - Médico Gastroenterologista;
1.11 - Médico Geral e Comunitário (Generalista);
1.12 - Médico Ginecologia e Obstetrícia;
1.13 - Médico Hematologia;
1.14 - Médico Hemoterapia;
1.15 - Médico Neurocirurgião;
1.16 - Médico Neurologista;
1.17 - Médico Ortopedia e Traumatologia;
1.18 - Médico Otorrinolaringologista;
1.19 - Médico Patologia Clínica;
1.20 - Médico Psiquiatria;
1.21 - Médico Terapia Intensiva (pediatra);
1.22 - Médico Terapia Intensiva (adulto);
1.23 - Médico Radiologista;
1.24 - Médico Urologista;
1.25 - Médico Neonatologista;
1.26 - Médico do Trabalho;
1.27 - Enfermeiro;
1.28 - Enfermeiro do Trabalho;
1.29 - Engenheiro de Segurança do Trabalho;
1.30 - Farmacêutico Bioquímico;
1.31 - Biólogo.

02 — INSCRIÇÕES:

2.1 — PERÍODO — 01/09/88 a 30/09/88.

2.2 — HORÁRIO — 08:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:hs.

2.3 — LOCAL — Divisão de Seleção/DRH/FHDF — W/3 Norte Quadra 501 — Bloco "A" — Ed. CEDRHUS — Brasília — Distrito Federal. Cep. 70.710. Telefone: (061) — 223-2851.

03 — REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO:

3.1 — Ser brasileiro e ter idade mínima de 18 anos e a máxima de 50 anos completos.

3.2 — Se de outra nacionalidade, comprovar a sua permanência, regular e definitiva no País, nos termos da legalização em vigor.

3.3 — Médico nas especialidades de: Anatomia Patológica, Anestesiologia, Broncoensofagologia, Cardiologia, Cirurgia Cardíaca, Cirurgia Vascular Periférica, Cirurgia Geral, Cirurgia Torácica, Dermatologia, Gastroenterologia, Generalista, Ginecologia e Obstetrícia, Hematologia, Hemoterapia, Neurocirurgia, Neurologia, Ortopedia e Traumatologia, Otorrinolaringologia, Patologia Clínica, Psiquiatria, Terapia Intensiva (Pediatria), Terapia Intensiva (Adulto), Radiologia, Urologia, Neonatologia e Médico do Trabalho.

3.3.1 — Ser portador dos seguintes documentos:

— Diploma de conclusão do Curso de Medicina;

— Registro no Conselho Regional de Medicina;

3.4 — ENFERMEIRO:

— Diploma do Curso Superior de Enfermagem;

— Registro no Conselho de Classe;

3.5 — ENFERMEIRO DO TRABALHO:

— Diploma do curso superior de Enfermagem;

— Registro do Conselho Regional de Classe;

— Certificado ou Registro do Ministério do Trabalho do curso de especialização;

3.6 — ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO:

— Diploma do Curso Superior de Engenharia;

— Registro no Conselho de Classe;

— Certificado ou Registro do Ministério do Trabalho do Curso de Especificação;

3.7 — FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO:

— Diploma do curso superior de Farmacêutico Bioquímico;

— Registro no Conselho de Classe;

3.8 — BIÓLOGO:

— Diploma do curso superior de Biologia;

— Registro no Conselho de Classe;

3.9 — Ao efetuar a inscrição pessoalmente, através de procuração legal ou pelo correio, o candidato receberá copia deste Edital Normativo, Programa específico e o cartão de identificação, indispensável ao seu comparecimento à Prova, ou para tratar de assuntos relativos ao concurso, na **DIVISÃO DE SELEÇÃO/DRH/FHDF;**

3.10 — Não será aceita, sob qualquer pretexto, inscrição condicional;

3.11 — Em hipótese nenhuma haverá restituição da taxa de inscrição.

04 — DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA NO ATO DA INSCRIÇÃO:

4.1 — CONCURSO PÚBLICO:

4.1.1 — Cópia da Carteira de Identidade;

4.1.2 — Cópia da Carteira do Conselho Regional de Classe;

4.1.3 — Procuração Legal, quando não for o próprio candidato a se inscrever;

4.1.4 — Comprovante de Pagamento da taxa de inscrição.

4.2 — CONCURSO INTERNO:

4.2.1 — Ser servidor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal da Tabela de Empregos Permanentes (TEP), no mínimo há 18 (dezoito) meses, até a data de encerramento das inscrições, não sendo considerado na contagem dos 18 (dezoito) meses, período relativo a contratos anteriores que porventura tenha tido o servidor.

4.2.1.1 — Cópia da Carteira de Identidade;

4.2.1.2 — Cópia do último contracheque;

4.2.1.3 — Comprovante de Tempo de Serviço (Declaração Funcional);

4.2.1.4 — Procuração Legal, quando não for o próprio candidato a se inscrever;

05 — SOBRE A TAXA DE INSCRIÇÃO:

5.1 — CONCURSO PÚBLICO:

5.1.1 — Inscrições realizadas em Brasília — Distrito Federal, efetuar o pagamento da taxa em qualquer Agência do Banco de Brasília-BRB — conta Nº 800.623-5, no valor de 1,5 (OTN), em favor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

5.2 — CONCURSO INTERNO:

5.2.1 — Os candidatos ao Concurso Interno estão isentos do Pagamento da taxa de inscrição.

06 — INSCRIÇÕES PELO CORREIO;

6.1 — O candidato deverá preencher os requisitos dos itens 02 e 04 e adotar os seguintes procedimentos:

6.1.1 — Enviar para a Divisão de Seleção/DRH/FHDF — Av. W3 Norte Quadra 501 Bloco "A" Ed. CEDRHUS — Brasília — Distrito Federal — CEP: 70.710 no período de 01/09/88 a 30/09/88 os documentos exigidos no item 04.

6.1.2 — Anexar a documentação, requerimento solicitando inscrição, com a especificação do concurso pretendido e, o formulário originial da Ordem de Crédito Bancário em favor da Fundação Hospitalar do Distrito Federal — Agência do Banco de Brasília (BRB) — SCS Conta Nº 800.623-5 de acordo com o estabelecido no item 05.

6.1.3 — O candidato que fizer inscrição pelo correio deverá comparecer um dia útil antes da realização da Prova Escrita, no endereço citado — item 02 a fim de apanhar o cartão de identificação, sem o qual não poderá fazer a prova.

07 — SOBRE AS PROVAS DE SELEÇÃO:

7.1 — A seleção constará de 02 (duas) etapas à saber:

7.1.1 — ETAPA I

PROVA ESCRITA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, objetiva de caráter eliminatório, valendo de 0 (zero) a 100 (cem) pontos e, para ser aprovado, o candidato deverá obter o mínimo de 60 (sessenta) pontos.

7.1.2 — ETAPA II

Constará de duas fases a saber:

7.1.2.1 — FASE I

PROVA PRÁTICO-ORAL de **caráter eliminatório,** valendo de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. Será considerado aprovado o candidato que obtiver no mínimo 60 (sessenta) pontos.

7.1.2.2 — FASE II

PROVA DE TÍTULOS, de **caráter classificatório,** valendo de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, conforme discriminação abaixo:

A) RESIDÊNCIA MÉDICA — na especialidade credenciada pelo MEC, valerá 10 (dez) pontos.

B) MESTRADO — na especialidde valerá 30 (trinta) pontos.

C) **DOUTORADO** na especialidade valerá 30 (trinta) pontos.

D) TÍTULO DE ESPECIALISTA — na respectiva área, fornecida pela Associação Brasileira de Medicina, valerá 20 (vinte) pontos.

E) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL — na especialidade, comprovada em Carteira de Trabalho valerá 02 (dois) pontos para cada ano, não excedendo o limite de 20 (vinte) pontos.

7.2 — O local de Aplicação de Prova Escrita será no COLÉGIO MILITAR DE BRASÍLIA — SGA NORTE — 902/904.

7.3 — A PROVA ESCRITA será realizada no dia 22/10/88 às 14:00 horas.

7.4 — **O LOCAL E HORÁRIO DA PROVA PRÁTICO-ORAL SERÁ DIVULGADO POR OCASIÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA (01/11/88) às 15:00 Horas.**

08 — REGRAS DISCIPLINARES;

8.1 — O candidato deverá comparecer ao local das provas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos de seu início, munido de caneta esferográfica azul ou preta e cartão de identificação, sem o qual não podera ter acesso ao local das mesmas.

8.2 — Após iniciadas as provas não será permitida a entrada de qualquer candidato ao local de realização das mesmas.

8.3 — Será considerada nula a questão com resposta duplamente marcada, emendada ou rasurada.

8.4 — Será excluído do Concurso o candidato que:

8.4.1 — Prestar declaração ou apresentar documentos falsos, inexatos ou adulterados.

8.4.2 — Comunicar-se com outro candidato durante a prova ou se ausentar da sala sem prévia autorização.

8.4.3 — Não comparecer a qualquer uma das provas.

8.4.4 — Utilizar calculadora ou qualquer outro material de consulta.

09 — SOBRE A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA:

9.1 — Não será concedida a vista da Prova. Após o encerramento da realização da Prova Escrita, o candidato encontrará no local o gabarito com as respostas corretas das questões.

9.2 — O resultado da Prova Escrita realizado no dia 22/10/88 será divulgado no corredor interno do CEDRHUS — Av. W/3 Norte — Quadra 501 — Bloco "A" no dia 01/11/88 às 15:00 horas.

9.3 — Quando da publicação da listagem dos candidatos será afixado o gabarito da Banca Examinadora e a respectiva prova.

9.4 — Os candidatos aprovados na ETAPA I (Prova Escrita), deverão entregar à cópia do curriculum e os títulos comprovados (obedecendo o subitem

7.1.3) a Banca Examinadora no dia da realização da ETAPA II (Prova Prático-Oral) 09/11/88 a 18/11/88.

10 — DIREITO A RECURSO:

10.1 — A partir da divulgação do Resultado da Prova Escrita, o candidato que não concordar com o resultado podera entrar com **RECURSO** junto à Divisao de Seleção/DRH/FHDF — fundamentando as questões objeto de revisão, de forma concisa, de acordo com o estabelecido nos subitens seguintes.

10.2 — O prazo para entrada de **RECURSO** começa a partir da divulgação do resultado e se estende ao dia 2/11/88 até às 17:00 horas.

10.3 — No requerimento de RECURSO o candidato não poderá assinar ou registrar seu nome; deverá constar somente o número de sua inscrição.

10.4 — O requerimento de RECURSO; após o visto da Divisão de Seleção, deverá ser entregue pelo candidato à Seção de Programação/DS — W3 Norte — Q.501 — bloco "A", obedecendo a data e horário estabelecidos no subitem anterior.

10.5 — Será liminarmente indeferido o RECURSO que pretenda a modificação do critério de correção e julgamento das hrovas.

10.6 — O candidato terá direito somente a um único RECURSO, não sendo permitido pedido de reconsideração da decisão adotada pela Banca Examinadora ou pela DIVISÃO DE Seleção/DRH/FHDF.

10.7 — O candidato não terá direito a recorrer com relação ao resultado da Prova Pratico Oral.

10.8 — A Banca Examinadora terá dois dias úteis de prazo, após o recebimento do requerimento de RECURSO, para proferir a decisão sobre a procedência do mesmo.

10.9 — É de inteira responsabilidade do candidato o conhecimento do resultado do RECURSO interposto antes da prova para tico — Oral e ou de titulos divulgados no dia 07/11/88 às 14:00 horas.

10.10 — Até 24 (vinte e quatro) horas após a divulgação interna do resultado final do concurso, o candidato poderá recorrer junto ao Diretor da Divisão da Seleção, exclusivamente quanto à nota final ou classificação.

11 — SOBRE A NOTA FINAL E CLASSIFICAÇÃO:

11.1 — O resultado final será a média ponderada das notas correspondentes as provas: Escrita, Prático-Oral e de Títulos, tendo os pesos 06 (seis), 02 (dois) e 02 (dois) respectivamente.

11.2 — A classificação dos candidatos aprovados será feita em ordem decrescente da nota final.

11.3 — Havendo empate, terá melhor classificação o candidato que:

11.3.1 — Obtiver maior nota na Prova Escrita;

11.3.2 — For mais idoso.

11.4 — Para os candidatos ao **Concurso Interno**, prevalecerá como **primeiro critério para desempate** a antiguidade. Persistindo empate, os critérios adotados serão os mesmos estabelecidos no subitem 11.3.

11.5 — O resultado final será divulgado no quadro mural do corredor do CEDRHUS, Av. W3. Quadra 501 Bloco "A" —Brasília— Distrito Federal — no dia 29/11/88 às 14:00 horas. Posteriormente será divulgado no DIÁRIO OFICIAL DO DISTRITO FEDERAL.

12 — JORNADA DE TRABALHO E SALÁRIO:

12.1 — CONCURSO PÚBLICO:

12.1.1 — Contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

12.1.2 — Carga horária, referência inicial e salário conforme quadro abaixo:

CATEGORIA FUNCIONAL	REF. INICIAL	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO (Agôsto)
MÉDICO	CM-1	24 h/semanais	Cz$ 131.506.44
ENFERMEIRO	NS-1	40 h/semanais	Cz$ 104.812,19
ENFERMEIRO DO TRABALHO	NS-1	40 h/semanais	Cz$ 104.812,19
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	NS-1	36 h/semanais	Cz$ 104.812,19
FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO	NS-1	40 h/semanais	Cz$ 104.812,19
BIÓLOGO	NS-1	40 h/semanais	Cz$ 104.812,19

12.2 — CONCURSO INTERNO:

12.2.1 — A carga horária de trabalho será da legislação em vigor na F.H.D.F. e os salários serão os que constam no quadro acima.

12.2.2 — Os que obtiverem ascensão funcional serão localizados na referência inicial da categoria funcional em que forem incluídos salvo se a adoção deste princípio, vier a resultar na redução salarial, hipótese em que serão localizados em referência de igual valor a que vinham percebendo.

13 — DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1 Não se aceitará, sob qualquer pretexto, inscrição condiciona, ou fora do prazo.

13.2 — Não poderão se inscrever para o presente concurso pessoas que já tiveram contrato rescindido com a Fundação Hospitalar do Distrito Federal por justa causa ou que tenham Demanda Judicial contra a F.H.D.F.

13.3 — Só terá validade a inscrição para a especialidade constante do Edital.

13.4 — Os candidatos aprovados no Concurso Público Interno serão lotados de acordo com as necessidades da Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

13.5 — O concurso terá validade de 01 (um) ano a contar da data de homologação, podendo ser prorrogado no interesse da Administração.

13.6 — O candidato interessado em comprovante de aprovação no concurso deverá adquirir o exemplar do Diário Oficial do Distrito Federal no seguinte endereço: Anexo do Palácio do Buriti Seção de Distribuição — Telefone (061) 225 6830 — Ramal 212 — Brasília — Distrito Federal.

13.7 — As alterações de endereços dos candidatos deverão ser comunicadas à Divisão de Seleção/DRH/.FHDF. A Fundação Hospitalar do Distrito Federal exime-se de qualquer responsabilidade pela desinformaçao do candidato, nos casos em que tal modificação não for avisada.

13.8 — O candidato que convocado pela Divisão de Seleção do Departamento de Recursos Humanos, e não compa recer no dia e hora determinados, perderá o direito à escolha de lotação dentre as vagas oferecidas independentes da sua clessificação.

13.9 — A convocação dos candidatos poderá ser feita por carta, telegrama ou expediente interno.

13.10 — Não será permitida a duplicidade de contrato com a Fundação Hospitalar do Distrito Federal.

13.11 — A Fundação Hospitalar do Distrito Federal, poderá realizar duas convocações. Na primeira o candidato que não comparecer ou expressar por escrito, a não aceitação do emprego, passará para o final da lista dos aprovados, devendo aguardar uma segunda convocação. Na segunda convocação o candidato que não comparecer ou não aceitara formalmente o emprego, será considerado desistente, procedendo-se automaticamente a sua exclusão do concurso.

13.12 — O resultado final do concurso será publicado no Diário Oficial do Distrito Federal no dia **29/11/88.**

13.13 — Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL.

Brasília, 31 de agosto de 1988

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA
Presidente da FHDF

(Repúblicado por haver saido com incorreção do original no DODF de 02/09/88(.

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO

Avisamos os senhores interessados na Tomada de Preços nº 194/88 — Processo nº 061.002235/88 — PCM — 1.164/88, que a nova reunião para a abertura das propostas será no próximo dia 26.09.88 às 09:00 horas.

Brasília, 16 de setembro de 1988

MARILDA ROSA NUNES
Presidente

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DIVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS

TOMADA DE PREÇOS Nº 22/88

AVISO

OBJETO: Fornecimento de peixe, gelo e crustáceo, no período de 1º de novembro a 31 de dezembro de 1988.
DIA: 4 (quatro) de outubro de 1988, às 09:00 horas.

EDITAL: Acha-se afixado na Divisão de Licitação e Compras do Departamento de Administração da Diretoria Administrativa da Presidência da República, localizada no Bloco 3, 2º andar, do Anexo ao Palácio do Planalto, nesta Capital, onde serão fornecidas cópias aos interessados.

Brasília (DF), 15 de setembro de 1988

CARLOS ALBERTO VANZETO
Presidente/Comissão

(Dias 20, 21 e 22)

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA — CTB
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS
E.T.P.: Nº 045/88-CPL/TCB

AVISO

A SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA LIMITADA — TCB, através de sua Comissão Permanente de Licitação, às 09h 30min do dia 06 de outubro de 1988, receberá propostas das firmas interessadas no fornecimento de BRAÇADEIRA DO CANO INJETOR Nº 139 413 E OUTROS DA MESMA NATUREZA, SOB O REGIME DE MENOR PREÇO UNITÁRIO.

O Edital e demais elementos encontram-se a disposição dos interessados, na Sala do Serviço de Compras da TCB, no Setor de Garagens Oficiais Norte, Quadra 06, Bloco "A" — Brasília-DF, nos horários das 08h 30min às 11h 30min e das 14h 30min às 17h 30min.

Brasília-DF, 15 de setembro de 1988

EURIPEDES LETTIERI
Comissão Permanente de Licitação
Presidente

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA PCDF — PRIMEIRA DELEGACIA POLICIAL — ASA SUL

EDITAL DE CITAÇÃO

O Bel. VALDEMAR GOMES RIBEIRO, Delegado-Chefe Substituto da Primeira Delegacia Policial, FAZ SABER a todos quantos lerem o presente edital, ou dele tomarem conhecimento, que nesta Delegacia, que funciona na Av. W/5 Sul, Quadra 915, Brasília-DF, foi instaurado o Processo nº 344/86, contra LIANE MARIA MUHLENBERG DA SILVA, brasileira, casada, nascida aos 30.06.43, natural de São Lourenço do Sul/RS, filha de Arthur Muhlenberg e de Conceição Victor Muhlenberg, incursa nas penas do artigo 129, § 6º, do Código Penal, para apurar sua conduta em conduzir seu veículo ao atropelar o menor ANTÔNIO CARLOS ALVES. E como o paradeiro da acusada é incerto e não sabido, é expedido o presente Edital, pelo prazo de cinco dias, a contar da data de sua publicação, findo o qual será ela havida como citada, para se ver processar até final julgamento, devendo comparecer a esta Delegacia, acompanhada de Defensor (Advogado), no dia 10 de novembro de 1988, às 8h 30min, a fim de ser qualificada, identificada criminalmente e assistir inquirição de testemunha e oitiva da vítima, sob pena de revelia. Eu, RITALICE DE F. PORTO, Escrivã de Polícia o datilografei.

Brasília, 09 de setembro de 1988

Bel. VALDEMAR GOMES RIBEIRO
Delegado-Chefe Substituto

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA AVISO DE EDITAL

TOMADA DE PREÇOS Nº 016/88
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (MERCEARIA, CARNES e PESCADO)
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04.10.88 às 09:00 (nove horas).
LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões 1º andar Ed. Sede da SEP. SAIN Bl. "A".
EDITAL: Encontra-se afixado ao Quadro de Aviso da Comissão.

Comunicamos aos interessados que, qualquer esclarecimento será fornecido pela CPL, no 1º andar, Edifício Sede da SEP, fone: 223.1253.

Brasília-DF, 16 de setembro de 1988

JOSÉ AUGUSTO FERREIRA DE LIMA
Presidente da CPL/SEP

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO DISTRITO FEDERAL EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Organizadora da Associação Profissional das Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal, CONVOCA os Empregadores da Categoria de Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal, para a Assembléia Geral Extraordinária a se realizar às 19 horas do dia 22 de setembro de 1988 na SCRN 708/709 Bl. "B" Lotes 12/10 (Auditório do CEBRAE), nesta cidade, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

ORDEM DO DIA

1) Fundação da Associação Profissional das Micro e Pequenas Empresas do Distrito Federal;

2) Aprovação do Estatuto;

3) Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal, com os respectivos suplentes;
4) Aprovação das Mensalidades.

Brasília-DF, 14 de setembro de 1988.

ALTAIR DE SOUSA MAIA
P/Comissão Organizadora
(DAR — Cz$ 9.856,00)

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE BRASÍLIA RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM 27.12.71 (D.O .U. 31.12.71)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores associados para a AGE, dia 03.10.88, às 17:00 horas em 1ª Convocação, ou às 17:30 horas em 2ª Convocação, para deliberarem sobre o seguinte assunto: Análise e discussão da Eleição da Lista Tríplice.

Brasília, 16 de setembro de 1988

PAULO LOURENÇO COELHO
Presidente

(Republicado por haver saído com incorreção no DODF de 19.09.88)

SERPRO SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
NÚMERO: 070/88
OBJETO: AQUISIÇÃO DE FITA CARTUCHO 200MB UNIDADE DE FITA 3480.
DATA/RECEBIMENTO DOCUMENTOS PARA CADASTRO: 28.09.88
DATA/HORA RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS: 06.10.88 às 10:00 horas.
LOCAL: SGAN — Quadra 601 — Módulo "V" — SS — SETOR DE COMPRAS — Brasília-DF.
O Edital poderá ser obtido no endereço acima, no horário comercial.

Brasília, 20 de setembro de 1988
COMISSÃO PARA LICITAÇÃO DE MATERIAIS
IVANA COZAC
Chefe do SECOP/DISUP — Substituta

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS — SERPRO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS
NÚMERO: 071/88
OBJETO: Aquisição RAIS/88 — Normal e Pré-emitida
DATA RECEBIMENTO DOCUMENTOS PARA CADASTRO: Até 28.09.88
DATA/HORA RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS: 07.10.88 às 10:00 horas
LOCAL: SGAN — Quadra 601 — Módulo "V" — SS — SETOR DE COMPRAS Brasília-DF
O Edital poderá ser obtido no endereço acima, no horário comercial.

Brasília, 20 de setembro de 1988
IVANA COZAC
Substituta do Chefe — SECOP/DISUP
Comissão para Licitação de Materiais

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO VESTUÁRIO DE BRASÍLIA RECONHECIDO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO EM 27-12-71 (D.O.U. 31.12.71) EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores associados para a AGE, dia 26/09/88, às 18:30 horas em primeira convocação e às 19:00 horas em 2ª Convocação com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre o seguinte assunto.
a) Ratificação de valor de mensalidade.

Brasília-DF, 16 de setembro de 1988
PAULO LOURENÇO COELHO
Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 04/88 — BRASÍLIA-DF

O Coordenador Regional de Serviços Gerais, da Superintendência Regional do INPS em Brasília-DF, torna público que serão recebidas, até às 15:00 horas, do dia 03.10.88, na sala 700, localizada no SAS Quadra 04, Bloco 'K', propostas relativas à TOMADA DE PREÇOS ¹º 04/88, que será regida pelo Decreto-lei nº 2.300/86, com suas alterações, tendo como objeto locação de serviços de limpeza e higienização de imóveis, a serem realizadas nos Blocos "L" do SAS Quadra 04 e "O" do SAS Quadra 06 e Posto de Benefícios do Gama-DF. O Edital completo poderá ser obtido no SAS Quadra 04, Bloco "K", Sala 601, onde serão prestados quaisquer esclarecimentos sobre a Licitação, no horário de 12:00 às 17:00 horas.

(DAR - Cz$ 8.008,00)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 03/88

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Economia e Finanças (SEF), torna público, para conhecimento dos interessados, que às 10:00 horas do dia 10 de outubro de 1988, estará reunida com a finalidade de receber proposta para aquisição de formulários contínuos de contracheque envelopado para SEF/ME x.

A cópia do Edital contendo esclarecimentos encontra-se à disposição dos interessados, no horário normal de expediente, no 5ª andar do anexo I do Ministério do Exército, sala 543, Brasília-DF.

Brasília-DF, 15 de setembro de 1988

A Comissão.

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A TELEBRASÍLIA AVISO DE LICITAÇÃO SELEÇÃO AMPLA Nº 001/88 — 320.0 ALIENAÇÃO DE IMÔVEIS

A Telecomunicações de Brasília S/A comunica aos interessados que realizará nos dias 19 e 20 de outubro de 1988, Alienação de Imóveis Urbanos localizados nas cidades de UNAÍ-MG e CRISTALINA-GO, conforme quadro abaixo:

IMÓVEIS DE	LOCAL DE RECEBIMENT. E ABERTURA DE PROPOSTAS	DATA DE ABERT.	HORÁRIO	LANCE MÍN. Cz$	CAUÇÃO Cz$
UNAÍ	RUA JOÃO PINHEIRO, 528	19.10.88	14:30	3.200.000,	320.000,
CRISTALINA	RUA 21 DE ABRIL Nº 28, ESQUINA COM 7 DE SETEMBRO	20.10.88	14:30	2.150,000,	215.000,

As cauções poderão ser efetuadas até o dia 18.10.88 através de ordem de pagamento bancária, endereçada a Telecomunicações de Brasília S/A, conta corrente nº 411.240-7, Banco do Brasil, Agência Setor Comercial Sul-SCS, indicando como finalidade à expressão "CAUÇÃO REFERENTE A SA nº 001/88-320.0" ou na tesouraria da Telebrasília, localizada no SIA/SUL — Área de Serviços Públicos Lote "D" Bloco "A", Térreo: Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos na Divisão de Obtenção — SIA/SUL — Área de Serviços Públicos, Conjunto "D" nos horários das 8:00 às 12:00 e 14:00 às 18:00 horas, Telefone 105-2618 ou ainda nos postos de Serviço de UNAÍ e CRISTALINA.

(DAR — Cz$ 44.352,00)
(DIAS 19, 20 e 21)